

Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP visa a melhorar ambiente de negócios 4

CORREIO DA BAHIA - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita recebeu até agora menos de 1/3 das declarações 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto prevê novo auxílio-doença sem sinal verde da equipe de Guedes 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Guedes quer ajuda da ala política para ajustar Orçamento e avalia vetos 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Força-tarefa - DO ALTO DA TORRE 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Uma decisão preocupante (2) 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teste de articulação 13

ALÔ BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Agências do INSS não abrirão onde feriados foram antecipados 15

DEZ MINUTOS - AM - SEU BOLSO
SEGURIDADE SOCIAL

Salário-maternidade pode ser dado para mães em caso de internação 16

O TEMPO - MG - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

O preço da imprudência e do descaso (2) 17

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Teto de gastos na berlinda: por que orçamento para 2021 tem sido chamado de peça de ficção.
18

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Decisão de reduzir despesas obrigatórias do Orçamento foi preocupante 21

MEIO NORTE - PI - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Em carta, governadores denunciam fake news 22

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA
CONGRESSO EM FOCO

Bolsonaro troca ministros e enfraquece ala militar 23

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA
CONGRESSO EM FOCO

Forças Armadas não serão politizadas, afirma general	25
O GLOBO - ON LINE - RJ - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma ministerial aproxima Centrão, mas governo ainda enfrentará obstáculos: entenda em cinco pontos	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
CNI pede prorrogação de regimes de desonerações	28
O GLOBO - RJ - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Bolsonaro precisa vetar gastos além do teto no Orçamento (3)	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Bloqueio de recursos pode paralisar máquina pública	30
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Irresponsabilidade fiscal assombra Economia	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Emendas do Orçamento privilegiam estados de aliados de Bolsonaro	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Na mira do TCU, Orçamento deve retirar "pedaladas" para evitar crime	36
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Orçamento aprovado pode reduzir teto de gastos	38
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Brincando com fogo (2)	39
DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - POLÍTICA ECONOMIA	
Orçamento traz desafios econômicos	41
JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA ECONOMIA	
TCU deve analisar 'pedaladas'	42
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA POLÍTICA	
A missão de Flávia Arruda - BRASÍLIA - DF	43
O GLOBO - RJ - OPINIÃO POLÍTICA	
O autogolpe - MERVAL PEREIRA	45
O GLOBO - RJ - PAÍS POLÍTICA	
Reforma ministerial	46
O GLOBO - ON LINE - RJ - BRASIL POLÍTICA	
Bolsonaro supera rotatividade de ministros dos governos Dilma, Lula e Fernando Henrique ..	48

MP visa a melhorar ambiente de negócios

Adriana Fernandes

O governo lançou ontem um conjunto de medidas voltadas para a melhoria do ambiente de negócios. No rastro da aprovação da lei da liberdade econômica no início do mandato de Jair Bolsonaro, a nova MP ataca barreiras que dificultam a vida de quem quer investir e deve permitir ao Brasil subir, segundo a estimativa da equipe econômica, 20 posições no ranking Doing Business do Banco Mundial, que avalia os países onde é mais fácil fazer negócios.

O secretário Especial de Produtividade, Carlos da Costa, prevê que o Brasil terá condições de entrar pela primeira vez no Top 100 do ranking com a MP e outras medidas já adotadas, como a lei de falências. Na última divulgação, o Brasil aparece em 124.º lugar, atrás de países da América Latina como Chile, Colômbia e México.

Segundo o secretário, com a pandemia da covid-19, o governo optou em editar uma medida provisória (MP) para ter impacto mais rápido na fase de retomada econômica. "Fomos muito pragmáticos em atacar pontos específicos para facilitar investimentos e destravar novos empregos", diz o secretário, que lembra que a Índia foi o País que mais subiu nos últimos 10 anos no ranking, saltando 70 posições.

O Doing Business passa por uma revisão devido a falhas identificadas, mas o Banco Mundial deve apresentar um novo relatório em maio. Como não houve divulgação no ano passado, a expectativa é de que uma segunda lista saia também no fim do ano, explicou a secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia (SEAE), Gianluca Lorenzon.

A MP traz medidas para cinco de dez pontos que são avaliados pelo ranking do Banco Mundial: abertura de empresas, obtenção de eletricidade (o tempo para estar energia numa edificação nova), investidores minoritários, comércio exterior e execução de contratos.

A medida mais importante, com potencial de levar o Brasil a subir quatro pontos na lista, é a unificação das inscrições das empresas no guarda-chuva do CNPJ, como já acontece com as pessoas físicas no CPF. Para abrir hoje uma empresa, o empreendedor tem de ter, além do CNPJ, uma inscrição estadual para emitir o ICMS e outra também municipal para o IPTU e o ISS.

"Isso demora dias. Para quem é empresário, isso é um inferno", diz Lorenzon. Segundo ele, uma das razões para governadores e prefeitos não unificarem a inscrição era a falta de uma regra clara de compartilhamento de dados com a **Receita Federal**. Outra medida amplia para as empresas de risco médio a permissão de licenciamento automático de funcionamento.

Hoje, com a lei de liberdade econômica, empresas de baixo risco já têm o licenciamento automático, um contingente de 10 milhões de CNPJ, de acordo com o Ministério da Economia.

A nova MP cria a faixa de risco médio. Cada Estado e município vai definir os parâmetros, mas o tamanho da área da empresa deve ficar entre 750 metros quadrados e 1,5 mil metros quadrados, desde que não tenha produtos infláveis nem lide com muita gente no seu estabelecimento.

Uma terceira medida torna obrigatória a existência de um conselheiro independente no Conselho de Administração em empresas que estão na Bolsa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita recebeu até agora menos de 1/3 das declarações

A **Receita Federal** recebeu 8.992.283 declarações de Imposto de Renda até as 11h de ontem- o equivalente a cerca de 27,6% das 32,6 milhões de documentos esperados este ano. Quem atrasar a entrega terá de pagar multa de 1% sobre o imposto devido ao mês, com valor mínimo de R\$ 165,74 e máximo de 20% do imposto devido.

Os contribuintes que enviarem a declaração no início do prazo, sem erros, omissões ou inconsistências, receberão mais cedo as restituições do Imposto de Renda, se tiverem direito a ela. Idosos, portadores de doença grave e deficientes físicos ou mentais têm prioridade. A declaração deve ser feita até 30 de abril, por todos que receberam até R\$ 28.559,70.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Projeto prevê novo auxílio-doença sem sinal verde da equipe de Guedes

Thiago Resende

O projeto de Orçamento de 2021 prevê uma redução nos gastos com auxílio-doença contando com mudanças nas regras do benefício que não foram combinadas com a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia).

O relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cortou em cerca de R\$ 4 bilhões a estimativa de despesas com auxílio-doença partindo da premissa de que o governo enviará uma medida provisória alterando a forma de pagamento do benefício.

O movimento fez parte da estratégia de Bittar para ampliar a verba para emendas parlamentares, usadas por deputados e senadores para destinarem recursos do Orçamento a suas bases eleitorais.

Segundo técnicos da equipe econômica, esse corte no auxílio-doença não teve aval da pasta e há a possibilidade de a MP nem ser publicada, pois o assunto ainda está em discussão pelo governo.

Bittar criou um mecanismo para que os R\$ 4 bilhões em emendas só sejam liberados após ser aprovada uma lei ou apresentada uma medida provisória que altere as regras de pagamento do auxílio-doença.

O projeto de Orçamento não diz exatamente qual deve ser a mudança no benefício. O que está em estudo é que o pagamento concedido a trabalhadores afastados por motivos de saúde poderá ser feito pelas empresas, em vez do **INSS**, como ocorre hoje.

O reembolso para a empresa seria por abatimento em imposto federal devido ao governo, como a contribuição patronal para a Previdência.

A ideia de alterar as regras do auxílio foi desenhada em 2019 pela secretaria especial de Previdência e Trabalho.

Na avaliação de membros do Ministério da Economia, agora o momento é outro. Por causa da crise, muitas empresas não têm dinheiro em caixa para bancar o benefício dos trabalhadores em troca de uma compensação que vira apenas posteriormente como abatimento de **tributos**.

No mecanismo criado por Bittar e aprovado pelo Congresso, se as mudanças no auxílio-doença não forem apresentadas em até 30 dias após o Orçamento ser convertido em lei, os gastos condicionados a essa medida -os R\$ 4 bilhões em emendas- deverão ser cancelados.

Apesar de a equipe de Guedes dizer que não deu aval a esse instrumento, líderes governistas participaram das negociações do Orçamento, que turbinou o volume de emendas parlamentares.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Guedes quer ajuda da ala política para ajustar Orçamento e avalia vetos

Fábio Pupo, Thiago Resende, Eduardo Cucolo

O governo discute como vai resolver o impasse no Orçamento de 2021 enquanto o TCU (Tribunal de Contas da União) se prepara para elevar o tom e cobrar da Casa Civil ou do Ministério da Economia explicações sobre os procedimentos que levaram aos problemas nos números.

O texto foi aprovado pelo Congresso na última semana com menos recursos que o necessário para despesas obrigatórias, como aposentadorias. Isso ocorreu após o Ministério da Economia deixar de considerar a **inflação** atualizada nas contas e após parlamentares cortarem gastos para dar espaço a emendas.

O desenho final deixou o Orçamento sem recursos suficientes para despesas obrigatórias, que são demandadas por leis ou pela Constituição. Por isso, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ficou diante de um impasse jurídico para a sanção -que, no limite, pode gerar uma acusação de crime de responsabilidade.

O Ministério da Economia quer ajuda da ala política do governo para analisar alterações. A estratégia deve envolver inclusive Bolsonaro e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Isso porque as alterações deverão passar pelo crivo do Congresso, que quis aprovar um Orçamento priorizando emendas parlamentares, especialmente para obras e projetos em suas bases eleitorais.

Membros da equipe econômica disseram à Folha que o caminho mais adequado é Bolsonaro vetar aumentos em despesas incluídos pelos parlamentares. Posteriormente, o presidente enviaria um ou mais projetos de lei para repor a previsão de despesas obrigatórias.

Apesar de a saída ainda estarem em discussão no governo, integrantes dizem que a solução é a que mais faz sentido diante da situação.

Técnicos farão uma varredura no projeto aprovado para saber o que pode ser vetado. Em alguns casos, o Congresso apenas ampliou recursos para obras e emendas.

Portanto, um veto pode inviabilizar um programa inteiro. Por exemplo, uma iniciativa de desenvolvimento urbano voltado à adequação viária, em vez de um projeto específico que foi turbinado pelos parlamentares.

Caso opte por vetos nas emendas, o governo deve enfrentar resistência no Congresso. Essa verba recebe a "digital" dos parlamentares e foi negociada inclusive por interlocutores de Bolsonaro para destravar a aprovação do Orçamento de 2021, que ocorreu com quase três meses de atraso.

Essas emendas dão ganhos políticos para deputados e senadores, de olho nas eleições de 2022. Esse capital eleitoral também atrai o governo, pois, com o desenrolar das obras, a avaliação de Bolsonaro tende a ser mais positiva.

O time de Guedes deseja uma solução rápida após o Orçamento de 2021 se arrastar por quase sete meses no Congresso antes da aprovação, gerando idas e vindas no debate sobre teto de gastos e provocando oscilações no humor de investidores.

Outra saída ventilada nos últimos dias, a reformulação de um Orçamento desde o começo, do zero, foi descartada pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), em entrevista à Folha.

Entre os integrantes da equipe, a situação do Orçamento é vista com ineditismo. Isso porque eventuais confusões na formulação das propostas no passado eram ajustáveis devido à folga para o cumprimento das regras fiscais.

Agora, não há como acomodar os números sobretudo devido à regra do teto de gastos (que impede o crescimento real das despesas).

A saída pelos vetos ganha força também porque o TCU acompanha o tema de perto. O tribunal entrou no assunto após uma representação sobre o Orçamento feita por deputados nesta segunda.

De acordo com relatos de integrantes do TCU feitos à Folha, o tribunal deve fazer um levantamento dos problemas que levaram ao imbróglio. Mesmo que não haja uma posição conclusiva, o tribunal deve emitir um posicionamento "suficientemente duro" sobre o tema.

O documento está vinculado a um processo de relatoria do ministro Bruno Dantas que acompanha os efeitos da pandemia no Orçamento.

Antes disso, o caso será objeto de análise preliminar da unidade técnica do tribunal.

Conforme integrantes do TCU, a área pode inferir que seria um crime de responsabilidade Bolsonaro sancionar o Orçamento conforme o texto saiu do Congresso.

O Ministério da Economia deixou de considerar os números corretos da **inflação** no Orçamento de 2021. A proposta enviada ao Congresso em setembro considerava 2,09% para o INPC, que baseia o reajuste de despesas como aposentadorias e pensões.

O INPC fechou 2020 em 4,52%, conforme divulgado pelo IBGE em 12 de janeiro, o que elevou o volume de recursos demandados. Só nos benefícios previdenciários, por exemplo, a diferença elevou as despesas em R\$ 8,5 bilhões.

O governo poderia ter enviado uma mensagem modificativa ao Congresso para "corrigir" o percentual antes da votação do Orçamento, como já foi feito em anos anteriores, mas não o fez. Com isso, o Orçamento já nascia com uma necessidade total de R\$ 17,5 bilhões em cortes de despesas para haver cumprimento do teto de gastos.

Correção depende de acordo no Congresso e novo projeto de lei

A aprovação de um Orçamento para 2021 com despesas subestimadas, como para pagamentos da **Previdência Social** e do seguro -desemprego, dá ao governo duas opções, sendo a mais provável uma combinação de vetos com o envio de um projeto de lei ao Congresso que reduza emendas parlamentares.

Outra saída seria promover um corte nas despesas com a manutenção da máquina pública praticamente pela metade, pondo o país sob risco de descontinuidade na prestação de alguns serviços, descumprimento dos mínimos constitucionais com saúde e educação e de responsabilização de gestores públicos, incluindo o presidente da República.

O Congresso Nacional aprovou, na semana passada, o projeto de Orçamento de 2021 com cortes em diversas despesas classificadas como obrigatórias para destinar recursos para emendas parlamentares.

Como o Orçamento já estava com despesas subestimadas em razão da falta de atualização do

valor do salário mínimo, na avaliação do governo e de especialistas em contas públicas, haveria necessidade de um corte de despesas de pelo menos R\$ 30 bilhões.

Além disso, a peça orçamentária traz irregularidades, como previsão de adiamento de despesas e outros mecanismos para que seja possível burlar o teto de gastos.

Geraldo Julião Junior, ex-secretário-adjunto da Secretaria de Orçamento Federal do antigo Ministério do Planejamento, afirma que o melhor caminho para o governo seria um acordo político que permita ao presidente Jair Bolsonaro vetar alguns gastos, garantir que os vetos não sejam derrubados pelo Congresso e enviar ao Legislativo um projeto de lei de crédito complementar para recompor as despesas subestimadas.

"A insegurança maior é para o presidente, mas também para os gestores", diz.

Segundo Julião, um corte nas despesas obrigatórias nesse patamar (R\$ 30 bilhões) poderia deixar os gastos com saúde e educação abaixo dos mínimos constitucionais.

O Executivo também teria de lidar com um "shut-down" do governo, sendo que o Brasil não tem legislação que oriente quais serviços devem fechar primeiro, como os EUA. Com isso, haveria nova margem para responsabilizar os gestores.

Ele afirma que a lei não permite desconsiderar o texto aprovado e enviar uma nova proposta de Orçamento. Além disso, os vetos dependem de como as despesas foram detalhadas, pois há risco de derrubar uma emenda e prejudicar toda uma linha de programação do Orçamento.

A economista Esther Dweck, ex-secretária de Orçamento Federal, afirma que a decisão do Congresso é fruto dos problemas gerados pela regra do teto de gastos. Ela diz ainda que os investimentos federais e os gastos com a máquina ficam em risco - pode faltar dinheiro para funcionamento de órgãos públicos, como agências de atendimento do **INSS**, e despesas básicas como abastecimento de veículos e pagamentos de fornecedores e terceirizados.

Ela afirma que uma saída para o governo seria pedir novamente a decretação de estado de calamidade e executar parte do orçamento de alguns ministérios por crédito extraordinário fora do teto, como no caso da saúde e em algumas áreas sociais.

"A gente sabia que o teto, em dois ou três anos, ia

chegara esse limite. Isso mostra a combinação de um Congresso que quer ter um tipo de ação sobre o Orçamento e uma regra que amarra completamente isso."

Carlos Kawall, diretor do ASA Investment e ex-secretário do Tesouro, também afirma que o governo não pode funcionar com um orçamento de pouco mais de R\$50 bilhões para despesas não obrigatórias e vê o risco de "shutdown".

"Você teria a ameaça de não conseguir executar despesas mínimas de manutenção da máquina pública. Para não falar de investimentos. Você joga R\$ 50 bilhões para emendas, que são obras com critérios meramente políticos e, em troca disso, paralisaria o investimento da União, que já é bastante pequeno", afirma.

Na avaliação de Kawall, a solução técnica passará por algum tipo de recomposição das despesas obrigatórias, provavelmente via projeto de lei.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Força-tarefa - DO ALTO DA TORRE

Lucas Valença

Está na pauta de discussão da Câmara Legislativa do DF (CLDF) de hoje a formação de uma força-tarefa para emendas parlamentares que possam atender ao pedido da Secretaria de Saúde, no valor de R\$ 30 milhões para a aquisição de dois hospitais modulares, que serão acoplados aos hospitais regionais de Planaltina e do Paranoá .

Ameaça

O pedido veio depois que o número de leitos ocupados ultrapassou a taxa de 90%, ameaçando não só os tratamentos de covid, mas todas as especialidades atendidas na rede pública de saúde do DF de uma forma geral.

Remanejamento

"Nossa prioridade será tentar sensibilizar os colegas a ajudar nessa situação emergencial.

Temos que ampliar o número de leitos e a forma mais indicada de fazer isso é por meio desse projeto de crédito que remanejará emendas para a saúde", explicou o líder do governo, deputado distrital Hermeto (MDB/foto).

Procuradoria

A senadora Leila Barros (PSB-DF) foi indicada para ocupar a nova procuradoria especial da Mulher no Senado, escolha que ainda terá de ser ratificada pela bancada feminina durante reunião hoje e referendada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Apoio

Leila conta com o apoio das demais senadoras para assumir a função. Caso assuma o cargo, ela substituirá a senadora Rose de Freitas (MDB-ES), que está no comando do colegiado desde 2019. Antes, a então senadora Vanessa Grazziotin exerceu a função de 2013 a 2018.

Mobilização

Criada em 2013, a procuradoria tem a missão de inserir o Senado de forma mais efetiva no debate sobre questões de gênero e na busca de direitos iguais para mulheres e homens.

Tem se mobilizado em relação às pautas femininas e também na produção de artigos , pesquisas e livros voltados para inserção da mulher na política.

Ceilândia

De todas as homenagens feitas à cidade de Ceilândia pelo seu aniversário de 50 anos, uma das consideradas mais emocionadas partiu do deputado distrital Chico Vigilante (PT), morador da cidade até hoje, onde chegou para morar com a família aos seis anos de idade.

"A melhor"

Ao falar sobre aquela que considera sua terra, Vigilante disse que no começo era "só barraco de madeira, poeira e frio". "Não tínhamos nem água encanada, mas fomos desde o início um povo determinado a construir uma cidade e, assim, fizemos a melhor cidade do Brasil", ressaltou.

Politização

Repercutiu mal entre parlamentares a declaração feita no fim de semana pela deputada federal Bia Kicis (PSL-DF) sobre a morte de um soldado na Bahia por co l ega s , durante uma operação policial, porque atirava para cima.

Postagens

A interpretação de muitos deputados federais foi que, desconsiderando problemas de saúde do soldado, a deputada associou o surto às medidas restritivas adotadas naquele estado para combate à covid, por meio de postagens em suas redes sociais.

Politização

"É lamentável que se tente politizar uma tragédia. Trata-se de mais um ataque oportunista e criminoso orquestrado pelo gabinete do ódio", disse o vice-líder da minoria, deputado Afonso Florence (PT-BA). "At i tu d es como essa são um desserviço à sociedade e só promovem o caos e a violência", disse ele.

Enfermeiros

O deputado distrital Jorge Vianna (Podemos) está atuando também pela aprovação do Projeto de Lei 2564, em tramitação no Congresso Nacional, que trata do piso salarial da categoria de enfermagem e das 30h

semanais para profissionais da iniciativa privada.

Carreata

Vianna participou de carreata realizada pelos enfermeiros, domingo (28), em defesa do projeto. Contou que não houve aglomeração, que a mobilização contou com todos os cuidados necessários e todos ficaram dentro dos seus carros.

Adiado

Parlamentares da bancada federal que são críticos à reforma administrativa, como Professor Israel (PV-DF) e Erika Kokay (PT-DF), comemoraram o anúncio feito pelo relator da PEC sobre o tema, deputado Darci de Matos (PSD/SC), de que adiou a apresentação do seu parecer, previsto para hoje na comissão.

Arrefecimento

Segundo Matos, o motivo é o agravamento da pandemia e a prioridade dada pelo Congresso à votação de matérias relacionadas à covid-19. Mas já se sabe que a iniciativa partiu do presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL), para arrefecer ânimos acirrados de deputados e de movimentos diversos contrários ao texto.

Cestas básicas

O Embaixador da Espanha no Brasil, Fernando García Casas, entregará hoje para a Central Única das Favelas no Distrito Federal (CUFA DF) 4.541 cestas básicas que foram doadas pela empresa espanhola Fundación MAPFRE.

Formação

Com mais de 40 anos de existência, a entidade tem como objetivo contribuir com a formação do cidadão e disseminar valores e cultura para a sociedade como um todo, por meio de iniciativas voltadas para cinco focos de atuação: ação social, cultura, promoção de saúde, prevenção e segurança viária e seguro e **previdência social**.

Em Samambaia

A Cufa, também uma organização reconhecida internacionalmente, congrega jovens de várias favelas que buscam espaços para expressarem suas atitudes, questionamentos e vontade de viver. A entrega das cestas básicas acontecerá às 15h na QS 304, conjunto 03, lote 01, Samambaia Sul, DF.

Reciclagem

Os interessados em ingressar numa das áreas mais atraentes do momento no mercado de trabalho, a de tecnologia, têm até 10 de abril para se inscrever no vestibular agendado para cursos focados em Tecnologia da Informação (TI) da faculdade do Senac.

Oportunidades

"Com a pandemia, o mercado foi reformulado e novas tecnologias ficaram em evidência. É importante para o profissional se reciclar e abrir mais oportunidades de trabalho", afirmou o professor Luís Afonso Bermudez, diretor da faculdade.

Inconstitucionais

Balanco divulgado na semana passada constata que durante o ano de 2020, o Conselho Especial do TJDFDT declarou a inconstitucionalidade de 20 Leis Distritais, sendo que a maioria delas continha, ou seja, foram apresentadas por quem não tinha competência legal para propor tais normas.

Ordenamento

Segundo o relatório, constam dentre as normas afastadas do ordenamento jurídico, a lei distrital que proíbe a eliminação de candidatos que não tenham sido classificados dentro do quantitativo de vagas disponível; a que prevê a educação física obrigatória no ensino do DF; e a que determina a criação de um circuito de quadrilhas juninas.

No Sindjus

Representantes do Sindjus-DF têm recebido denúncias de filiados dizendo que criminosos os têm procurado com o argumento de uma falsa pesquisa em nome da entidade para clonar telefones e roubar dados pessoais.

Uso indevido

Em nota, a diretoria esclareceu que o nome do sindicato está sendo usado indevidamente e que não está fazendo pesquisa alguma, tampouco fornece dados de filiados para qualquer tipo de empresa. Está tomando medidas judiciais quanto a isso.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-4fbd11aeadd719c8cf9c6d501b854755.pdf

Uma decisão preocupante (2)

BERNARD APPY

A decisão do Congresso Nacional, na semana passada, de aprovar a complementação de voto do relator do Orçamento, reduzindo a projeção de despesas obrigatórias para a inclusão de novas despesas discricionárias, é bastante preocupante. O problema não está apenas nos efeitos fiscais da medida, que, se não for revertida, pode exigir um nível insustentável de contingenciamento de despesas essenciais de custeio, resultando numa paralisação (shutdown) do governo. O principal problema está na forma escolhida para abrir espaço para a inclusão de novas despesas no Orçamento e, principalmente, na notícia de que esse procedimento teria tido apoio de parte da equipe governamental.

Pode-se questionar se as regras fiscais do Brasil são as ideais. Eu mesmo fiz isso em meu último artigo, publicado há duas semanas neste espaço.

Mas, uma vez que as regras existem, é essencial que sejam cumpridas, sob pena de desmoralização de todo o arcabouço fiscal do País.

Obviamente, sempre haverá um incentivo para o governo ou o Congresso buscarem formas de driblar as regras fiscais para acomodar pressões por mais gastos. Em alguns casos, isso é possível por conta de falhas no desenho das regras fiscais, que permitem múltiplas interpretações.

No passado, já foi mais fácil flexibilizar as regras fiscais (como a meta de resultado primário) via interpretações criativas, mas esse tipo de procedimento está cada vez mais difícil e perigoso - por conta da atuação dos órgãos de controle e do risco de caracterização do descumprimento das regras fiscais como crime de responsabilidade.

De todas as regras fiscais em vigor no Brasil, aquela que menos dá margem para divergências de interpretação é o teto dos gastos, introduzido pela Emenda Constitucional 95. A regra do teto estabelece de forma clara limites para o nível de despesas primárias da União (tanto na elaboração do Orçamento quanto na execução), explicitando de forma também muito clara as despesas que não integram o teto, como as transferências constitucionais para Estados e municípios.

Isso não quer dizer que não seja possível encontrar interpretações que permitam driblar o teto.

Uma delas, aliás, foi aventada nas próprias mudanças recentes no Orçamento, que é a "transformação" de despesas (no caso, o pagamento pelo **INSS** do auxílio-doença) em redução de receita (o desconto, do montante devido de **tributos**, do auxílio-doença pago pela empresa).

Uma regra fiscal realmente bem desenhada deve alcançar não apenas os gastos orçamentários, como também os gastos tributários (benefícios fiscais).

Como a abertura de espaço fiscal via conversão de despesas em renúncias tributárias não foi suficiente para acomodar a expansão pretendida de gastos no Orçamento de 2021, apelou-se para um expediente muito mais perigoso, que é a redução da estimativa de despesas obrigatórias, sem qualquer base técnica. Se é possível reestimar, indiscriminadamente, o nível de despesas obrigatórias, isso significa que não há qualquer regra fiscal que coordene a elaboração do Orçamento. Seguem havendo regras para a execução dos gastos, mas essas podem exigir um contingenciamento irracional de despesas essenciais de custeio, tornando disfuncional a operação do governo.

Espera-se que essa decisão equivocada seja revista, se possível por meio de um acordo político, nas próximas semanas. Mas também é importante que os órgãos de controle e o Judiciário se posicionem para impedir o recurso a esse tipo de procedimento no futuro.

Por fim, vale deixar claro que as projeções de despesas obrigatórias pelo Executivo podem não ser perfeitas.

Mas sua revisão sumária pelo Legislativo não é a forma de tratar do problema. Como o Executivo é obrigado a revisar bimestralmente as estimativas de receitas e despesas para o ano, uma eventual abertura de espaço fiscal via redução da projeção de despesas obrigatórias pode, e deve, estar sujeita a uma alocação em prioridades definidas pelo Congresso Nacional.

BERNARD APPY, DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Teste de articulação

MANOEL VENTURA, GERAL DA DOCA E FERNANDA TRISOTTO

A pós identificarem que o Orçamento aprovado pelo Congresso para 2021 é "inexequível", técnicos do governo aguardam uma solução política para reverter manobras fiscais que podem inviabilizar os gastos públicos neste ano. Auxiliares do ministro da Economia, Paulo Guedes, dizem nos bastidores que aguardam que o presidente Jair Bolsonaro converse com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) para discutir o assunto. As negociações ocorrerão em meio às turbulências que levaram Bolsonaro a trocar seis ministros ontem e devem ser um teste de articulação política com a cúpula do Congresso eleita com apoio do Palácio do Planalto.

A situação exigirá empenho na negociação, pois, para aumentar recursos destinados a obras e ações em bases eleitorais, os parlamentares aprovaram um Orçamento que tira dinheiro de despesas que o governo precisa pagar em qualquer cenário, como a Previdência. Para mudar o quadro, será preciso convencê-los a abrir mão de verbas que eles mesmos incluíram no texto.

Para assessores de Guedes, uma mudança unilateral do Executivo poderia azedar ainda mais o humor dos parlamentares. Lira e Pacheco encabeçaram os acordos que avalizaram inflar as emendas parlamentares para mais de R\$ 47 bilhões. Para fazer caber essas emendas no Orçamento, o relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cortou R\$ 26 bilhões de despesas obrigatórias, entre elas gastos com a **Previdência Social**.

RISCO DE PEDALADA FISCAL

Não há risco de os benefícios previdenciários não serem pagos. Mas, para pagar as aposentadorias dentro das regras fiscais, o governo precisaria contingenciar (bloquear) mais de R\$ 30 bilhões, reduzindo o total disponível para gerir a máquina pública a menos de R\$ 50 bilhões. O presidente poderia ser acusado de crime de responsabilidade ao não bloquear os recursos.

Emendas são indicações de obras ou serviços feitas por deputados ou senadores. As emendas são direcionadas geralmente para ministérios com muitas obras, como o Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura. Por isso, eles acabaram ganhando mais

recursos que os demais com as mudanças feitas pelo relator.

Os técnicos da equipe econômica querem que o governo envie ao Congresso um projeto de lei aumentando os gastos da Previdência e cortando as emendas parlamentares logo após a sanção do Orçamento. Isso só pode ser feito depois da sanção.

O governo precisará dizer quais despesas serão cortadas num novo projeto. Nesse cenário, alguns parlamentares sairão perdendo. Por isso, auxiliares de Guedes querem que o presidente converse com o Congresso antes de qualquer decisão. Nos bastidores, integrantes da equipe econômica dizem que havia um acordo para aumentar as emendas, mas não na dimensão colocada pelo relator. Ao mesmo tempo, deputados e senadores reclamam do que consideram pouca participação do time de Guedes nas conversas nos últimos dias.

Um grupo de 21 deputados protocolou representação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo que o órgão se manifeste sobre o texto aprovado pelo Congresso. Os parlamentares alegam que o projeto precisa ser corrigido para recompor os gastos obrigatórios e mencionam que, caso o governo não faça o bloqueio de recursos, haveria crime de responsabilidade e "pedaladas fiscais".

Segundo o deputado Vinicius Poit (Novo-SP), a representação foi protocolada junto à Secretaria de Macroavaliação Governamental, que julga as contas do presidente da República. Foi este órgão técnico que baseou a condenação da gestão Dilma Rousseff pelas chamadas pedaladas fiscais. De acordo com Poit, o grupo espera que o TCU se manifeste ainda nesta semana.

-A ideia é que o TCU emita um parecer técnico alertando o governo sobre essa irresponsabilidade - declarou.

TÉCNICOS AMEAÇAM SAIR

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) enviou manifestação ao TCU. Em ofício ao ministro Bruno Dantas, ele questionou se o Orçamento está de acordo com "dispositivos constitucionais, legais e regimentais" do direito financeiro e pediu providências.

Segundo um técnico do órgão, a sanção do Orçamento como foi aprovado não levaria a uma

rejeição das contas do governo pelo TCU, que é baseada em um conjunto de irregularidades, mas poderia dificultar o processo. A expectativa é que o tribunal recomende medidas para ajustar o orçamento, por meio de um projeto de lei ao Congresso, como defende a equipe econômica.

De acordo com esse interlocutor, o clima entre técnicos da equipe econômica é de apreensão e temor de responsabilização penal. Chegou ao TCU a informação de que alguns técnicos ameaçam entregar cargos. O parecer da Corte sobre o pedido de representação dos deputados deverá ficar pronto na próxima semana.

O caminho até à votação que resultou no Orçamento inflado é mais um capítulo de uma série de desencontros entre Guedes e a área de articulação política do governo. Até ontem, a área era comandada pelo ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, que foi realocado como chefe da Casa Civil. A deputada Flávia Arruda (PL-DF) assumirá a pasta de Ramos.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Agências do INSS não abrirão onde feriados foram antecipados

As agências do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não abrirão nas cidades em que os governos locais anteciparam feriados e pontos facultativos, como medida de combate à pandemia. A portaria prevendo a medida foi publicada no Diário Oficial da União.

Em nota publicada na sexta-feira (26), o instituto informou que suspenderia o atendimento presencial em São Paulo e no Rio de Janeiro até 1º de abril, seguindo os decretos locais de antecipação de feriados.

O instituto informou também que está entrando em contato com os segurados que tinham atendimento agendados para o período, para reagendar o horário. No entanto, alerta que alguns contatos podem ser inviabilizados devido a desatualizações nos cadastros: "Caso não receba nenhuma ligação do instituto, o segurado que possui horário agendado de 26 de março a 1º de abril deve ligar para o telefone 135 e remarcar o atendimento. O **INSS** orienta os segurados a não se dirigirem às agências durante esse período". Norte e Centro-Oeste

O **INSS** acrescenta que, após duas semanas com o atendimento suspenso, reabrirá suas agências nas regiões Norte e Centro-Oeste - mas apenas para atendimentos agendados. Nas agências onde são realizadas perícias médicas e avaliações sociais não haverá atendimento.

"Já nas localidades onde vigore decreto municipal/estadual determinando fechamento do comércio e outras atividades para ampliar o Isolamento social e conter o avanço da Covid-19, o **INSS** analisará pontualmente a situação de cada unidade para determinar a manutenção ou não dos atendimentos", complementa a nota ao informar que, em todas as unidades, o **INSS** tem adotado protocolos de proteção e prevenção ao contágio.

O **INSS** lembra que boa parte dos serviços oferecidos pode ser acessada por meio de canais remotos de atendimento como o Portal Meu **INSS** (aplicativo e site) e a Central Telefônica 135.

Pelo Portal Meu **INSS**, o cidadão pode requerer benefícios, emitir extratos, cumprir exigências e agendar atendimento presencial. Pelo telefone 135,

entre outros serviços é possível fazer inscrição na **Previdência Social** obter orientações, esclarecer dúvidas, solicitar benefícios e agendar atendimento presencial.

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3155

Salário-maternidade pode ser dado para mães em caso de internação

salário-maternidade - benefício no valor de um salário mínimo que pode ser solicitado ao Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** por mães e adotantes - poderá ser prorrogado para além dos 120 dias regulares em caso de complicações médicas envolvendo a mãe ou o recém-nascido. A mudança foi regulamentada em portaria do Ministério da Economia

A alteração ocorreu por uma decisão cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) Nº 6.327, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que permitiu a prorrogação do benefício em situações excepcionais

Com a mudança, mães que necessitem de tempo prolongado de internação após o parto terão o período coberto pelo benefício. Para solicitar a prorrogação, a mãe deve procurar o **INSS**. Pelo telefone, os serviços podem ser requeridos pela central 135.

Veja aqui como solicitar o benefício.

O salário-maternidade é um auxílio pago a mães que têm de se afastar do trabalho em função do parto, adoção e aborto nos casos previstos em Lei. O pagamento começa no dia do parto ou até 28 dias antes.

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2021/03/7fa2798d87144ff25c42d2a3839d2dbc1c5d499b6bc9ad42aa3634e9918e0dd3.pdf>

O preço da imprudência e do descaso (2)

Alysson Coimbra

Os acidentes de trânsito no Brasil provocam um rombo anual de 3% do **PIB**. O equivalente a R\$ 223 bilhões é usado para pagar custos de socorro, tratamento médico, danos ao patrimônio, investigação policial e perda de produtividade. Esse dinheiro permitiria, por exemplo, pagar o novo auxílio emergencial de R\$ 250 a 40 milhões de brasileiros durante o ano todo, e ainda sobriam R\$ 100 bilhões para investir na compra de vacinas, medicamentos, oxigênio e na abertura de leitos para atender os pacientes de Covid-19.

O exercício matemático tem sua razão de ser: acidentes de trânsito podem ser evitados. Além de salvar milhares de vidas e evitar novos casos de invalidez permanente, isso permitiria reduzir os gastos com os acidentes, como acontece em países mais desenvolvidos.

A falta de adoção de políticas que encarem a segurança viária como uma questão de saúde pública, somada à flexibilização das leis de trânsito e à adoção de medidas que relegam a ciência a um plano secundário, impede que o Brasil reduza as mortes nas ruas, estradas e rodovias.

O aprimoramento de ações voltadas à segurança viária não salva apenas as vidas de quem está envolvido nos acidentes. A redução dos gastos e a consequente disponibilização de recursos permitirá que o governo possa realizar investimentos imediatos em áreas estratégicas para a geração de empregos e para o desenvolvimento do país. Ou, em momentos de crise sanitária e recessão econômica como a que vivemos, pode ser fonte de recursos para ampliação de programas de transferência de renda e no reforço do Sistema Único de Saúde (SUS), que enfrenta desafios diários para atender uma demanda cada vez mais alta.

Outro aspecto da violência viária é o seu impacto na **Previdência Social** e na perda de força produtiva.

Todos os anos, cresce o número de pessoas que sofreram algum tipo de invalidez permanente e passam a depender do **INSS**. Segundo levantamento da Seguradora Líder, em 2020 foram pagas 210.042 indenizações por invalidez permanente.

A maior parte das vítimas de trânsito é composta por homens jovens, muitos dos quais sustentam seus lares e, de uma hora para outra, perdem sua fonte de

renda.

Esta talvez seja a consequência mais nefasta da insegurança viária: centenas de milhares de famílias são levadas para abaixo da linha da pobreza na mesma velocidade em que ocorre o acidente.

O atual cenário econômico e a consequente redução de renda circulante obrigam que os governos revejam seus gastos públicos. Investir em segurança no trânsito não é mais uma ação que sugere cortes, pois apresenta uma fonte imediata de recursos a partir da mudança de gestão e entendimento do Sistema Nacional de Trânsito, encarando-o com a responsabilidade que esse problema de saúde pública exige de gestores, especialistas e da sociedade civil.

Alysson Coimbra, Diretor da Associação Mineira de Medicina do Tráfego

Site: <http://digital.otempo.com.br/leitor>

Teto de gastos na berlinda: por que orçamento para 2021 tem sido chamado de peça de ficção

Por BBC

Previsão de gastos do governo foi aprovada pelo Congresso na semana passada, com três meses de atraso, e às vésperas do início da discussão sobre Orçamento de 2022 - Foto: Reuters

Peça de ficção, retorno das pedaladas fiscais, vergonhoso, inexecutável, acinte à transparência no trato da coisa pública. Essas foram algumas das expressões usadas nos últimos dias por parlamentares, economistas e até mesmo técnicos do governo para classificar o Orçamento federal para 2021.

A previsão de gastos do governo foi aprovada pelo Congresso Nacional na semana passada, com três meses de atraso, e às vésperas do início da discussão sobre o Orçamento de 2022 - o Executivo costuma encaminhar o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do ano seguinte até 15 de abril de cada ano.

Quais são os problemas do Orçamento aprovado? Há risco de o governo parar por falta de dinheiro? Por que se fala novamente em pedaladas fiscais e contabilidade criativa? Tem como consertar?

A BBC News Brasil ouviu Felipe Salto, diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, e Carlos Kawall, diretor da gestora ASA Investments e ex-secretário do Tesouro, para tirar essas e outras dúvidas sobre o Orçamento de 2021.

1. Quais os principais problemas do Orçamento de 2021?

Kawall e Salto explicam que o principal desafio na elaboração do Orçamento para 2021 é o cumprimento da regra do teto de gastos, que limita o crescimento da despesa de cada ano à variação da **inflação** no ano anterior.

No final do ano passado, tivemos uma surpresa inflacionária, com a **inflação** muito acima do esperado, particularmente no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que corrige despesas obrigatórias

como Previdência, abono salarial e BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda). Todas as despesas que estão ligadas ao salário mínimo, afirma Kawall.

INPC é o indicador que mede a variação dos preços para famílias com renda entre um e cinco salários mínimos. Ele é usado como referência nas negociações salariais no setor privado e também no reajuste anual do salário mínimo pelo governo.

Com a disparada do preço dos alimentos no ano passado, o INPC fechou 2021 em alta de 5,45%, acima da expectativa do governo, que era de um avanço de 2,09%. Com isso, o salário mínimo para este ano foi fixado em R\$ 1.100, ante previsão do governo em agosto de um salário-base de R\$ 1.067 para 2021. Isso criou uma defasagem entre o valor que estava no Orçamento para essas despesas e o que efetivamente se vai gastar agora, diz o economista.

2. Há risco de o governo parar por falta de dinheiro?

Segundo os economistas, este risco de fato existe.

Em 22 de março, o Ministério da Economia estimou que as despesas obrigatórias (que são cerca de 92% do total) estavam subestimadas em cerca de R\$ 17 bilhões.

Para resolver o problema seria necessário contingenciar o gasto discricionário, como é chamada aquela fatia do orçamento sobre a qual o governo tem algum poder de decisão sobre o uso. É diferente do que acontece com o gasto obrigatório, que não pode ser redirecionado.

Ocorre que, na hora da aprovação do Orçamento - até onde sabemos, de comum acordo com a cúpula do governo -, o relator [senador Márcio Bittar, do MDB do Acre] tirou das despesas obrigatórias um valor adicional de R\$ 26 bilhões, pra destinar mais recursos a emendas parlamentares, aponta Kawall.

Então, você imagina: eu já estou devendo R\$ 17 bilhões, o relator vai lá e aumenta essa dívida em R\$

26 bilhões, gerando uma deficiência no Orçamento de mais de R\$ 43 bilhões. O que era ruim, ficou inviável.

Segundo Kawall, R\$ 7 bilhões podem ser abatidos desse rombo, porque houve uma decisão do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) de postergar o pagamento de parte do abono salarial de 2021 para 2022. O abono é uma espécie de 14º salário pago a trabalhadores com carteira assinada que recebem baixos rendimentos.

A mudança de calendário do abono ainda depende da edição de medida provisória. Se aprovada, ainda assim, o buraco nas contas seria de cerca de R\$ 36 bilhões, estima Kawall.

R\$ 36 bilhões é mais de 0,5% do **PIB**. Sob qualquer métrica, é muita grana, diz o economista.

Para compensar esse montante com redução de despesas não obrigatórias, isso significaria reduzir esse tipo de gasto para cerca de R\$ 54 bilhões. O patamar é considerado inviável.

O nível confortável para a despesa não obrigatória é estimado entre R\$ 100 bilhões e R\$ 110 bilhões. Entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões é considerado um limite extremo.

R\$ 54 bilhões não é factível. Você não tem como garantir o custeio da máquina, aí começam problemas como falta de dinheiro para emitir passaporte, para pagar contas de luz e água de órgãos públicos, e tudo mais que é necessário para o custeio do governo.

3. Por que se fala novamente em pedaladas fiscais e contabilidade criativa?

Segundo Kawall, há um ponto em comum entre as manobras fiscais que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff (PT) e os problemas do Orçamento aprovado pelo Congresso na semana passada.

O que une as duas experiências históricas é a ideia de gastar mais. De encontrar uma maneira de contornar a regra fiscal - lá a Lei de Responsabilidade Fiscal, aqui o teto de gastos - no intuito de fazer mais gasto, diz o economista da ASA Investments.

Salto, da IFI, diz que os dois casos têm em comum orçamentos distantes da realidade.

A chamada contabilidade criativa, como ficou conhecida no período de 2008 a 2014, foi um conjunto de práticas que permitiu aumentar o gasto público, respeitando a meta de gasto primário, mas alterando essa meta, diz o economista, lembrando que, por exemplo, investimentos do PAC (Programa de

Aceleração do Crescimento) foram abatidos, depois desonerações.

Para economistas, há risco de o governo parar por falta de dinheiro - Foto: Agência Brasil

Kawall lembra ainda do uso de bancos públicos para financiar o Tesouro.

O Orçamento de 2021 pode abrir a porta para problemas similares, porque a peça orçamentária está muito distante da realidade, avalia Salto. Então esse é um risco que precisa ser mapeado, pois pode ensejar práticas de contabilidade criativa que já prejudicaram muito no passado as contas públicas.

4. Tem como consertar?

Segundo os economistas tem conserto, mas não há solução simples.

Quando a realidade se impuser, o Executivo vai ter que suplementar as despesas obrigatórias. Porque ele vai ter que pagar os aposentados, não vai deixar sem pagar, diz Salto.

Somente na Previdência, a estimativa de despesa do Orçamento aprovado é de R\$ 690,9 bilhões, contra previsão da IFI de um gasto necessário de R\$ 704,5 bilhões e estimativa do governo de desembolso de R\$ 712,9 bilhões. Ou seja, somente no **INSS**, estariam faltando entre R\$ 13 bilhões e R\$ 22 bilhões, a depender da projeção mais ou menos conservadora.

Para fazer essa suplementação, o governo teria duas opções: ou fazer contingenciamentos ou reestimar a receita. Mas reestimar a receita não resolve, devido ao teto de gastos, diz Salto.

Isso porque, pela regra do teto, o crescimento do gasto é limitado à **inflação** do ano anterior, independentemente de haver mais ou menos arrecadação de **impostos**.

Assim, a única opção é contingenciar. Para cortar despesas do próprio Executivo, se esbarra no fato de que elas estão num limite muito baixo e há risco de shutdown, como explicou Kawall.

Outra opção é cortar emendas parlamentares, mas elas não podem simplesmente ser cortadas para complementar despesas obrigatórias. A lei não permite. Então muito provavelmente será preciso enviar projeto de lei para fazer isso, conclui Salto.

Então o Executivo está diante de um problema muito grave: ele vai ter que suplementar as despesas obrigatórias, criar as condições técnicas e jurídicas

para conter as despesas discricionárias, e assim cumprir o teto de gastos , diz Salto, destacando que, pelas contas da IFI, o corte de despesas necessário seria de R\$ 31,9 bilhões.

5. Por que o Orçamento de 2021 gerou tantas críticas?

Foi uma grande lambança. Um episódio muito ruim do ponto de vista da sinalização do compromisso do Congresso com o arcabouço fiscal do próprio governo , diz Kawall.

Segundo o economista, a aprovação do Orçamento também explicitou a falta de compromisso dos dois presidentes recém-eleitos da Câmara e do Senado com as reformas necessárias para reestabelecer o equilíbrio da trajetória da dívida pública.

Outro ponto que deixou a todos atônitos é que o aumento de gastos não foi feito em resposta à pandemia , diz Kawall.

Muita gente acreditava que o governo fosse usar o novo decreto de calamidade [incluído na PEC Emergencial aprovada em fevereiro] para tentar fazer mais gastos com auxílios via créditos extraordinários, como no ano passado , afirma o economista.

O que deixa a mensagem dessa pedalada mais amarga é ver que não. Eles não fizeram isso para ter mais dinheiro para combater a pandemia, para apoiar os necessitados. Fizeram isso para poder ter mais emenda parlamentar, mais gasto com uma ótica puramente eleitoral.

É uma postura política abominável das lideranças políticas do Congresso, com o beneplácito do Poder Executivo. Num momento tão dramático como o que estamos vivendo, de falta de vacina, falta de oxigênio, falta de recursos para apoiar os mais pobres, o Congresso simplesmente olhar para sua própria barriga e aprovar uma flagrante ilegalidade com fins meramente eleitorais. Então tem esse lado chocante também do ponto de vista humano , conclui o analista.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/30/teto-de-gastos-na-berlinda-por-que-orcamento-para-2021-tem-sido-chamado-de-peca-de-ficcao.ghtml>

Decisão de reduzir despesas obrigatórias do Orçamento foi preocupante

Bernard Appy*

A decisão do Congresso Nacional, na semana passada, de aprovar a complementação de voto do relator do Orçamento, reduzindo a projeção de despesas obrigatórias para a inclusão de novas despesas discricionárias, é bastante preocupante. O problema não está apenas nos efeitos fiscais da medida, que, se não for revertida, pode exigir um nível insustentável de contingenciamento de despesas essenciais de custeio, resultando numa paralisação (shutdown) do governo. O principal problema está na forma escolhida para abrir espaço para a inclusão de novas despesas no Orçamento e, principalmente, na notícia de que esse procedimento teria tido apoio de parte da equipe governamental.

Pode-se questionar se as regras fiscais do Brasil são as ideais. Eu mesmo fiz isso em meu último artigo, publicado há duas semanas neste espaço. Mas, uma vez que as regras existem, é essencial que sejam cumpridas, sob pena de desmoralização de todo o arcabouço fiscal do País.

Obviamente, sempre haverá um incentivo para o governo ou o Congresso buscarem formas de driblar as regras fiscais para acomodar pressões por mais gastos. Em alguns casos, isso é possível por conta de falhas no desenho das regras fiscais, que permitem múltiplas interpretações. No passado, já foi mais fácil flexibilizar as regras fiscais (como a meta de resultado primário) via interpretações criativas, mas esse tipo de procedimento está cada vez mais difícil e perigoso - por conta da atuação dos órgãos de controle e do risco de caracterização do descumprimento das regras fiscais como crime de responsabilidade.

De todas as regras fiscais em vigor no Brasil, aquela que menos dá margem para divergências de interpretação é o teto dos gastos, introduzido pela Emenda Constitucional 95. A regra do teto estabelece de forma clara limites para o nível de despesas primárias da União (tanto na elaboração do Orçamento quanto na execução), explicitando de forma também muito clara as despesas que não integram o teto, como as transferências constitucionais para Estados e municípios. Isso não quer dizer que não seja possível encontrar interpretações que permitam driblar o teto. Uma delas, aliás, foi aventada nas próprias mudanças recentes no Orçamento, que é a transformação de

despesas (no caso, o pagamento pelo **INSS** do auxílio-doença) em redução de receita (o desconto, do montante devido de **tributos**, do auxílio-doença pago pela empresa). Uma regra fiscal realmente bem desenhada deve alcançar não apenas os gastos orçamentários, como também os gastos tributários (benefícios fiscais).

Como a abertura de espaço fiscal via conversão de despesas em renúncias tributárias não foi suficiente para acomodar a expansão pretendida de gastos no Orçamento de 2021, apelou-se para um expediente muito mais perigoso, que é a redução da estimativa de despesas obrigatórias, sem qualquer base técnica. Se é possível reestimar, indiscriminadamente, o nível de despesas obrigatórias, isso significa que não há qualquer regra fiscal que coordene a elaboração do Orçamento. Seguem havendo regras para a execução dos gastos, mas essas podem exigir um contingenciamento irracional de despesas essenciais de custeio, tornando disfuncional a operação do governo.

Espera-se que essa decisão equivocada seja revista, se possível por meio de um acordo político, nas próximas semanas. Mas também é importante que os órgãos de controle e o Judiciário se posicionem para impedir o recurso a esse tipo de procedimento no futuro.

Por fim, vale deixar claro que as projeções de despesas obrigatórias pelo Executivo podem não ser perfeitas. Mas sua revisão sumária pelo Legislativo não é a forma de tratar do problema. Como o Executivo é obrigado a revisar bimestralmente as estimativas de receitas e despesas para o ano, uma eventual abertura de espaço fiscal via redução da projeção de despesas obrigatórias pode, e deve, estar sujeita a uma alocação em prioridades definidas pelo Congresso Nacional.

*DIRETOR DO CENTRO DE CIDADANIA FISCAL

Site: <https://www.terra.com.br/economia/decisao-de-reduzir-despesas-obrigatorias-do-orcamento-foi-preocupante,3e73bb4aa31c6d8d9c5c0cc8299de847ex9azc37.html>

Em carta, governadores denunciam fake news

EFRÉM RIBEIRO DE POLÍTICA

O governadores, incluindo o piauiense Wellington Dias, divulgaram, na segunda-feira, dia 23, a carta "Queremos Paz", onde denunciam fake news divulgadas para criarem instabilidade no estados e no país. Os governadores manifestam sua indignação em face da crescente onda de agressões e difusão de fake news que visam a criar instabilidade institucional nos Estados e no país. "Vivemos um período de emergência na saúde, e a vida de todos os brasileiros está em grave risco", afirmam.

A carta diz que os governadores, juntamente com os **servidores públicos** e profissionais do setor privado, estão lutando muito para garantir atendimento de saúde e apoio social à população.

Enquanto isso, alguns agentes políticos espalham mentiras sobre dinheiro jamais repassado aos estados, fomentam tentativas de cassação de mandatos, tentam manipular policiais contra a ordem democrática, entre outros atos absurdos.

"Registramos especialmente o nosso protesto quando são autoridades federais, inclusive do Congresso Nacional, que violam os princípios da lealdade federativa.

Conclamamos o Presidente da República, os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como o Presidente do Supremo Tribunal Federal, para que adotem todas as providências de modo a coibir tais atos ilegais e imorais", diz a carta.

"Os Estados e todos os agentes públicos precisam de paz para prosseguir com o seu trabalho, salvando vidas e empregos. Estimular motins policiais, divulgar fake news, agredir governadores e adversários políticos, são procedimentos repugnantes, que não podem prosperar em um país livre e democrático.

Finalmente, sublinhamos a nossa gratidão a todos os **servidores públicos** e profissionais que têm atuado incessantemente para vencermos a pandemia. Merecem especial destaque as forças policiais, que têm a nossa solidariedade e apoio em relação a reivindicações justas quanto à vacinação, pleito em análise no âmbito do Ministério da Saúde pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT", completa a

carta dos governadores.

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf#undefined/18>

Bolsonaro troca ministros e enfraquece ala militar

O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta quarta-feira a troca dos titulares de seis ministérios, incluindo a articulação política do governo e os principais nomes palacianos.

Entre as mudanças está a ida da deputada Flávia Arruda (PL-DF), presidente da Comissão Mista de Orçamento e muito ligada ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para a Secretaria de Governo, no lugar do Luiz Eduardo Ramos.

Já Ramos será deslocado para a Casa Civil, enquanto o atual ministro, Walter Braga Netto, ocupará o Ministério da Defesa no lugar de Fernando Azevedo e Silva, exonerado nesta quarta pelo presidente.

As demais trocas envolvem a área de Justiça. André Mendonça, atual ministro da Justiça e Segurança Pública, um dos nomes mais próximos a Bolsonaro, volta para a Advocacia Geral da União, no lugar de José Levi, também exonerado por Bolsonaro.

Mudanças A Casa Civil será comandada pelo general Luiz Eduardo Ramos, em substituição ao também general Braga Netto.

Ramos, que até então ocupava a Secretaria de Governo, será substituído pela deputada federal Flávia Arruda (PL-DF), que faz parte da base de apoio do governo no Congresso. Já Braga Netto será deslocado para o comando do Ministério da Defesa no lugar do general Fernando Azevedo e Silva, que anunciou mais cedo sua demissão do cargo.

Também foi confirmada a mudança no Ministério das Relações Exteriores, com a saída de Ernesto Araújo. Em seu lugar, assume o diplomata Carlos Alberto França, atualmente assessor especial de Bolsonaro, mas que até poucos meses atrás ocupava o cargo de chefe do cerimonial da Presidência da República. França foi promovido a ministro de primeira classe (embaixador) em 2019, o último posto da carreira diplomática.

No exterior, atuou como ministro-conselheiro na Embaixada do Brasil na Bolívia e também serviu em representações diplomáticas em Washington (EUA) e Assunção (Paraguai).

Na AGU, o governo anunciou o retorno de André

Mendonça ao cargo, que assim deixará o comando do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Ele entra no lugar de José Levi, que informou mais cedo sobre sua saída do cargo. Mendonça volta a ocupar o mesmo cargo em que esteve até abril de 2020, quando substituiu o ex-ministro Sergio Moro no comando do MJSP. Em seu lugar no ministério, assumirá o delegado da Polícia Federal Anderson Gustavo Torres, atual secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

Ministro Ernesto Araújo era alvo de pressão

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, pediu demissão do cargo nesta segunda-feira (29). A informação foi dada por ele aos seus secretários em reunião realizada nesta manhã. O diplomata era alvo de forte pressão do Congresso, que cobrava do presidente Jair Bolsonaro uma mudança na política externa, e dos próprios colegas diplomatas.

A avaliação dos parlamentares é que parte das dificuldades encontradas pelo país para importar vacinas e insumos se deve à gestão de Ernesto, que fez alinhamento incondicional ao governo de Donald Trump, nos Estados Unidos, e comprou briga com a China em várias ocasiões.

Os chineses são os principais produtores de insumos para as vacinas contra a covid-19. Com a saída de Trump e a posse de Joe Biden, Ernesto viu sua política ser ainda mais contestada, devido ao isolamento a que relegou o Brasil.

Ele fazia parte da chamada "ala ideológica" do governo de Jair Bolsonaro, conhecida pelo sectarismo e pela influência que sofre do escritor Olavo de Carvalho.

Nos últimos dias Ernesto Araújo se viu abandonado até mesmo por parlamentares bolsonaristas.

Nesse fim de semana a situação ficou ainda mais insustentável após Ernesto acusar a presidente da Comissão de Relações Exteriores, senadora Kátia Abreu (PP-TO), de pedir a ele um "gesto" em favor da China nas negociações do 5G.

Os senadores, inclusive o presidente da Casa, Rodrigo

Pacheco (DEM-MG), reagiram em peso contra Ernesto e em defesa de Kátia. Em audiência no Senado, na semana passado, vários parlamentares pediram a ele que entregasse o cargo.

No sábado, centenas de diplomatas pediram, por meio de carta, que o ministro deixasse o comando do Itamaraty. O nome do substituto de Ernesto Araújo ainda não é conhecido.

Mudanças mostram prestígio de Arthur Lira

minirreforma ministerial feita nesta segunda-feira (29) pelo presidente Jair Bolsonaro coloca no comando da articulação política do governo uma fiel aliada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Foi um bom movimento político do presidente. É uma forma de prestigiar o Arthur Lira", disse ao **Congresso em Foco** uma importante liderança com livre trânsito no Palácio do Planalto.

Em seu primeiro mandato político, a deputada Flávia Arruda (PL-DF), de 41 anos, assumirá a Secretaria de Governo, órgão que negocia votações, liberação de emendas e cargos com o Congresso. Flávia começou a ganhar protagonismo em fevereiro, quando foi confirmada presidente da Comissão Mista de Orçamento, por decisão pessoal de Lira. O nome dela estava envolvido na queda de braço entre Lira e o então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que impediu a instalação da CMO no ano passado. Maia queria efetivar Elmar Nascimento (DEM-BA) no comando da comissão.

Flávia Arruda é casada com o ex-governador cassado do Distrito Federal José Roberto Arruda, que passou dois meses presos em 2010, acusado de comandar um esquema de corrupção batizado de "mensalão do DEM" e de tentar comprar o silêncio de uma testemunha.

Segundo dados da ferramenta Radar do Congresso, plataforma de dados do **Congresso em Foco**, em 94% das votações nominiais na Câmara, a deputada votou alinhada à orientação do governo.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), considera que Bolsonaro fez um avaliação de desempenho de seus auxiliares e promoveu as mudanças que achava necessárias para este momento. No Planalto, a deputada substituirá o general Luiz Eduardo Ramos, que será remanejado para a Casa Civil, onde substituirá Braga Neto, que assumirá o Ministério da Defesa com a saída do general Fernando Azevedo e Silva, anunciada esta tarde.

"O general Ramos estava adaptado e fazendo muito

bem articulação política e continuará a fazê-la na Casa Civil. A deputada Flávia presidiu a Comissão de Orçamento e pode ajudar muito em um ano como este de reformas que exigem quórum qualificado", afirmou Barros ao **Congresso em Foco**.

Forças Armadas não serão politizadas, afirma general

Um dos principais porta-vozes dos militares no Congresso, o deputado General Petternelli (PSL-SP) lamentou a saída do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva. Para Petternelli, uma troca no comando do ministério representa uma "descontinuidade nas atividades". "Estamos na hora de buscar uma solução para a pandemia e o desemprego.

de algum parlamentar do Centrão.

Tem muita gente passando fome, muita gente não está levando comida para casa e as Forças Armadas não terão espaço para que prospere uma situação de radicalismo. Desconheço as razões [da demissão].

Só tenho a lastimar porque, na minha opinião, ele foi um bom ministro da Defesa", disse o deputado ao **Congresso em Foco**.

Petternelli rechaçou a possibilidade de haver alguma ligação entre a demissão do ministro e eventuais manobras militares às vésperas dos 57 anos do golpe militar de 1964.

"O Exército não deixará seu caráter institucional porque é uma instituição de Estado e assim continuará a ser", ressaltou o deputado general. Parlamentares e forças ligadas ao presidente Jair Bolsonaro incentivaram, nesta segunda-feira, um motim em resposta à morte de um policial militar da Bahia por seus próprios colegas ontem como forma de reagir às decisões dos governos estaduais de restringir atividades comerciais e a circulação de pessoas por causa da pandemia.

Segundo o colunista Lauro Jardim, o general Azevedo e Silva foi demitido por Bolsonaro após três minutos de conversa no início desta tarde no Palácio do Planalto. A demissão, de acordo com ele, foi provocada após meses de desacertos entre o ministro e o presidente, um processo intensificado pela recusa de Azevedo e Silva em demitir o comandante do Exército, general Edson Pujol, defensor de uma postura de independência das Forças Armadas em relação ao governo.

Em Brasília também corre a informação de que Bolsonaro pretende remanejar para a Defesa um dos generais que ocupam cadeira de ministro no Planalto, como Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Braga Neto (Casa Civil), abrindo vaga para a indicação

Reforma ministerial aproxima Centrão, mas governo ainda enfrentará obstáculos: entenda em cinco pontos

Filipe Vidon

RIO - No pior momento da pandemia no Brasil, Jair Bolsonaro decidiu colocar em prática a primeira **reforma ministerial** de seus dois anos de mandato. Ao todo, seis ministérios tiveram a chefia alterada na tentativa de gerenciar a crise em diversos setores do governo, mas a dança das cadeiras não será sinônimo de calma para o presidente no comando do Executivo.

As trocas que atingiram a Secretaria de Governo, Casa Civil, Relações Exteriores, Defesa, Justiça e Advocacia-Geral da União (AGU) vêm na esteira de atritos e aumento da pressão do Congresso sobre Bolsonaro. O Legislativo cobra uma atuação mais dura do governo federal para controlar o avanço da Covid-19, que não dá sinais de diminuição do ritmo de contaminação ou de aceleração da vacinação. A condução errática do governo federal levou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aliado de Bolsonaro, a subir o tom das cobranças.

No setor econômico, a cobrança foi tornada explícita por meio de uma carta: empresários, banqueiros e economistas cobraram medidas concretas de enfrentamento à pandemia. Além disso, as pautas dedicadas ao setor enviadas pelo governo ao Congresso, seguem travadas por questões urgentes em torno da crise sanitária no Brasil.

Em cinco pontos, entenda os obstáculos no caminho de Bolsonaro e dos novos ministros:

Relações Exteriores

Com a imagem deteriorada após a atuação ideológica de Ernesto Araújo à frente do Itamaraty, o novo chanceler, embaixador Carlos França, ex-chefe do Cerimonial do Planalto, enfrentará um cenário de terra arrasada. Maior parceira comercial do Brasil, a China não era tratada com cordialidade por Araújo, que dificultou a importação de vacinas e trabalhou pelo banimento de empresas chinesas na implantação do 5G no país. Diametralmente oposto, os Estados Unidos de Donald Trump sempre foram aclamados pelo chanceler, mas a relação diplomática foi

imediatamente abalada pela chegada de Joe Biden ao poder.

Outra dificuldade a ser enfrentada por França é que, apesar de ter sido promovido a embaixador por merecimento, o diplomata nunca assumiu uma embaixada. A falta de experiência é apontada por colegas como um possível obstáculo.

Na prática, a falta de experiência de França na função pode significar uma manutenção da política adotada para as relações exteriores, altamente influenciada pela "ala ideológica" do governo Bolsonaro e pelo filho do presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)

Militares

Com uma carta sucinta e sem muitas explicações, o general Fernando Azevedo e Silva deixou o ministério da Defesa após o aumento da pressão para que o Exército desse mais respaldo às declarações do presidente Jair Bolsonaro. "Nesse período, preservei as Forças Armadas como instituições de Estado", destacou Azevedo em seu texto, deixando claro que o órgão não trabalha para governo, nem para partido político.

Segundo a colunista Malu Gaspar, Azevedo disse a interlocutores próximos que saiu da pasta porque não queria repetir o que viveu em maio passado. Maio de 2020 foi o mês em que bolsonaristas realizaram diversas manifestações pedindo intervenção militar e atacando o Supremo Tribunal Federal. Na ocasião, o presidente discursou em manifestação golpista e chegou a afirmar que as Forças Armadas estão ao nosso lado .

A saída repentina estremeceu os ânimos de Exército, Marinha e Aeronáutica, e os comandantes buscam uma solução em seguidas reuniões. Uma das possibilidades é uma renúncia coletiva. De acordo com a colunista, uma decisão final não foi tomada, mas a tendência é que Edson Pujol, do Exército, Ilques Barbosa Junior, da Marinha, e Antonio Carlos Moretti Bermudez, da Aeronáutica, entreguem os cargos. O ato seria inédito na história do Brasil.

Centrão

A nomeação da deputada federal Flávia Arruda (PL-DF) para assumir o cargo de ministra-chefe da Secretaria de Governo consolida a aproximação do Planalto com o Centrão, após o retorno positivo das vitórias nas eleições da presidência da Câmara e do Senado. A deputada é casada com o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, que ficou inelegível nas últimas eleições após ser condenado e preso por participar de esquema de corrupção.

Com Luiz Eduardo Ramos comandando a Segov, o PL chegou a obstruir por um momento a votação do Orçamento na semana passada. Nos bastidores, lideranças do partido acusaram a Secretaria de Governo de privilegiar senadores na distribuição de emendas.

Flávia ficará responsável pela articulação política do governo no lugar do ministro Luiz Eduardo Ramos, que substituirá Walter Braga Netto no comando da Casa Civil. Mas a proximidade - física e simbólica - do Centrão com o governo não dá carta branca à Bolsonaro: por enquanto, o Congresso não dá indícios de que vai afrouxar a fiscalização sobre a atuação do Executivo, nem que diminuirá a pressão de parlamentares por cargos e emendas.

Mercado e empresários

O pessimismo do setor financeiro foi sacramentado por uma carta assinada por cerca de 200 economistas, banqueiros, empresários, representantes do mercado e acadêmicos, intitulada "País Exige Respeito; a Vida Necessita da Ciência e do Bom Governo".

O texto classifica o cenário atual como "desolador" e não se esquivava ao apontar que o governo "subutiliza ou utiliza mal os recursos de que dispõe, inclusive por ignorar ou negligenciar a evidência científica no desenho das ações para lidar com a pandemia". Ao todo, o documento leva a assinatura de quatro ex-ministros da Fazenda, além de cinco ex-presidentes do Banco Central e do BNDES.

Outro ponto de fragilidade neste setor é a agenda de reformas do governo, que avançou muito pouco nos últimos meses. Travadas no Congresso por conta das consequências da crise sanitária gerada pela Covid, projetos como a **reforma tributária**, reforma administrativa e uma série de privatizações não dão sinais de que serão analisados com a celeridade que o governo federal precisa.

Pandemia

Mais de um ano após a chegada da Covid-19 no Brasil, o país se tornou o epicentro mundial de contaminações e ganha destaque negativo nas manchetes internacionais. Nesta segunda-feira, um novo recorde na média móvel de mortes pelo vírus foi alcançado: o número chegou a 2.655, maior 34% se comparado ao cálculo de duas semanas atrás. Ao todo, 314.268 vidas já foram perdidas para o novo coronavírus.

A alta constante no número de infectados provoca o colapso da rede de saúde em praticamente todos os estados da Federação. Filas para conseguir um leito hospitalar se tornaram comuns. Até os estoques do "kit intubação" para tratar os enquanto o novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, pretende implementar protocolos assistenciais para economizar no uso de oxigênio no país.

O ritmo da campanha nacional de imunização também é lento: em todo o país, 16.258.743 pessoas receberam a primeira dose de um imunizante, o equivalente a 7,68% da população brasileira. A segunda dose da vacina, por sua vez, foi aplicada em 4.819.324 pessoas, ou 2,28% da população nacional.

Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/reforma-ministerial-aproxima-centrao-mas-governo-ainda-enfrentara-obstaculos-entenda-em-cinco-pontos-24947396>

CNI pede prorrogação de regimes de desonerações

Lorena Rodrigues

Com o agravamento da pandemia do coronavírus, a indústria brasileira quer que o governo prorrogue programas que desoneram **tributos** sobre insumos utilizados na exportação de bens. Em carta enviada ao ministro da Economia, Paulo Guedes, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pede a renovação de dois programas que vencem neste ano. O pleito é para que eles sejam estendidos até 2023.

O setor industrial pede a prorrogação dos regimes de Drawback e Recof/Recof-Sped. Esses regimes permitem que insumos importados utilizados na cadeia de produção de bens exportados fiquem livres do pagamento de **impostos**. "Esses programas ajudam as empresas brasileiras a competirem no mesmo nível no comércio internacional", afirma a CNI, em nota.

De acordo com a confederação, com a pandemia, as produções estão enfrentando atrasos recorrentes e o setor está com dificuldades no fornecimento de matéria-prima, produção e transporte internacional. Com isso, as empresas não conseguirão exportar todos os produtos previstos em 2021 e, com o vencimento dos programas, terão que pagar imposto sobre insumos importados neste ano.

Em levantamento feito no início de março com 79 empresas e associações, a CNI identificou que 70 disseram que não conseguirão ou não sabem se conseguirão exportar dentro do prazo.

Com isso, essas empresas teriam de pagar R\$ 775 milhões em **tributos** por conta do fim dos programas, um custo "inesperado", destaca a CNI.

"Para manter os compromissos com os clientes internacionais e a competitividade do País no mercado internacional, é fundamental que os atos concessórios de Drawback e os processos de Recof e Recof-Sped com vencimento improrrogável em 2021 sejam postergados para 2022, ou até mesmo para 2023", completa o documento.

Segundo a CNI, em 2019, 31% das exportações nacionais foram beneficiadas pelos regimes de Drawback e o Recof/Recof-Sped ou US\$ 69,4 bilhões. Os programas beneficiam setores como mineração, siderurgia, papel e celulose, químico, automotivo,

metalúrgico e alimentício.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro precisa vetar gastos além do teto no Orçamento (3)

Com mais de três meses de atraso, o Congresso aprovou enfim a Lei Orçamentária de 2021 na última quinta-feira. Fora todas as características já conhecidas e invariavelmente preservadas no nosso Orçamento -94% engessado por despesas obrigatórias e colonizado por um sem número de feudos e interesses paroquiais -, desta vez ele também veio com um ingrediente especial: a contabilidade criativa que o toma não apenas inexecutável, mas também ilegal.

As despesas previstas nas contas aprovadas pelo Congresso para este ano estão pelo menos R\$ 37 bilhões além do que prevê a Lei do Teto de Gastos. Esse estouro está contratado para além do déficit primário já estipulado em R\$ 234 bilhões e dos R\$ 44 bilhões destinados ao novo auxílio emergencial por fora dos limites fiscais **impostos** pela lei. O TCU deverá alertar o presidente Jair Bolsonaro de que, se sancionar o Orçamento sem vetos, cometerá crimes de responsabilidade da mesma natureza que os julgados no impeachment de Dilma Rousseff.

Dois fatores contribuíram para tornar o Orçamento inexecutável. Primeiro, a omissão do Ministério da Economia. Desde o ano passado era sabido que estava defasado o valor do salário mínimo usado no cálculo de todas as despesas da Previdência, benefícios a idosos e deficientes (BPC), seguro-desemprego e abono salarial. Elas foram subestimadas em R\$ 17,5 bilhões, segundo cálculo do próprio ministério divulgado no último dia 22.

O segundo fator foi a manobra do relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), para, atendendo à pressão do Centrão, elevar os recursos disponíveis às notórias "emendas parlamentares", gastos em obras e projetos indicados por deputados e senadores em suas bases eleitorais, a maioria alocados no Ministério do Desenvolvimento Regional. Na peça aprovada, elas superam em R\$ 26 bilhões o valor máximo permitido pelo teto de gastos.

Para acomodar as novas despesas, Bittar estipulou cortes fictícios em gastos obrigatórios, como aposentadorias. O único com base na realidade é o adiamento do abono salarial para 2022, representando economia de R\$ 7,4 bilhões. As demais despesas obrigatórias estão todas previstas em lei. Como será impossível deixar de realizá-las, o es-

acarretará, assim que o dinheiro acabar, a paralisação de atividades do governo, ou "shutdown".

De gastos estimados em mais de R\$ 1,5 trilhão, o Orçamento original já previa apenas R\$ 92 bilhões para custear toda a máquina administrativa e para os investimentos federais. Descontando os R\$ 37 bilhões de estouro, restariam, em plena crise da pandemia, R\$ 55 bilhões para custeio e investimentos. Só o custeio consumiu R\$ 67 bilhões no ano passado.

A manobra de Bittar para garantir dinheiro a projetos eleitoreiros demonstra a irresponsabilidade de um Congresso que cuida de interesses paroquiais, mas se omite diante de reformas capazes de reduzir as despesas obrigatórias que engessam o Orçamento. Pior ainda, o relator tentou burlar o teto de gastos, única âncora que ainda confere um mínimo de disciplina fiscal ao Estado. Se Bolsonaro não tem a convicção necessária para preservá-la, a ameaça de impeachment deveria ao menos convencê-lo a vetar gastos além do teto. E que o Congresso se debruce enfim sobre as reformas, para poder apresentar orçamentos executáveis, sem pôr em risco a credibilidade do país.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bloqueio de recursos pode paralisar máquina pública

FERNANDA TRISOTTO, MANOEL VENTURA E GERALDADOCA

Caso não consiga fechar um acordo para reverter as manobras que inflaram o Orçamento, o governo pode ter que fazer um bloqueio de recursos que, na prática, inviabilizaria a prestação de serviços públicos à população. Segundo estimativas do governo, os cortes poderiam fazer com que o valor disponível para pagar despesas do dia a dia, como compras de materiais nos ministérios, ficasse em R\$ 49 bilhões -bem abaixo do necessário para o custeio da máquina pública.

E comum que o governo tenha que recorrer ao chamado contingenciamento para adequar a previsão orçamentária às regras fiscais, de acordo com mudança nos parâmetros econômicos. Se a expectativa de arrecadação de **impostos** cai por causa de uma recessão, por exemplo, é necessário suspender o pagamento de parte das despesas para garantir o cumprimento dos limites.

Da forma como foi aprovada, no entanto, a medida faria com que esse bloqueio fosse muito maior do que o normal. Isso ocorreria porque o Congresso aumentou para R\$ 26,2 bilhões o valor destinado a emendas parlamentares e, para isso, cortou a estimativa de gastos como a Previdência, que são obrigatórios. O problema é que não há evidências de que essa projeção se confirme. Por isso, o governo teria que cortar em outras áreas, como custeio para garantir o pagamento de aposentadorias e pensões sem descumprir as regras das contas públicas.

Para se ter uma ideia, a estimativa de gastos com benefícios previdenciários aprovada no Congresso foi de R\$ 690,6 bilhões. Já o governo espera que a despesa alcance R\$ 712,9 bilhões.

Nas contas da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, o bloqueio a ser feito pelo Executivo precisaria ser de R\$ 31,9 bilhões, caso essas estimativas não sejam corrigidas.

"Ao longo do ano, os relatórios bimestrais, como já aconteceu com o de março, indicarão um cenário provavelmente distinto do previsto na LOA. Neste caso, as despesas discricionárias terão de ser contingenciadas a fim de se observar as metas fiscais", diz a nota.

A demora para resolver o impasse do Orçamento também ameaça o avanço de medidas de combate à pandemia. Uma delas é a renovação do programa que permite acordos de redução salarial para manutenção de emprego. Sem a previsão de uma solução na proposta aprovada, fontes ligadas às negociações já falam na possibilidade de reeditar o decreto de calamidade pública, que suspende regras fiscais, para reeditar o programa.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Irresponsabilidade fiscal assombra Economia

» ROSANA HESSEL

O Orçamento de 2021 aprovado pelo Congresso Nacional na noite da última quinta-feira causou uma crise monumental no governo, e ainda não há sinais de que ela será sanada. Especialistas em contas públicas, parlamentares e técnicos do governo ouvidos pelo Correio reconheceram que o Orçamento é inexecutável, porque não há como executar essa peça orçamentária, que tem receitas superestimadas e gastos subdimensionados. A falta de atualização dos parâmetros esconde o tamanho do rombo, e isso pode resultar no descumprimento das regras fiscais, fazendo com que o presidente Jair Bolsonaro corra o risco de cometer crime de responsabilidade.

Nesse sentido, um dos principais problemas é o corte de despesas obrigatórias para abrir espaço para R\$ 26,5 bilhões em emendas parlamentares proposto pelo relator. A manobra contábil pode implicar em pedalada fiscal, o que levou parlamentares a acionarem o Tribunal de Contas da União (TCU) para dar um parecer sobre o assunto. (leia mais abaixo).

Analistas lembram que o texto foi aprovado após uma reunião de Bolsonaro com os líderes da base no mesmo dia, na residência oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o que indica que o chefe do Executivo estava de acordo com a proposta do relator, Marcio Bitar (MDB-AC), para cancelar despesas obrigatórias a fim de dar mais espaço para emendas parlamentares, principalmente em obras para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) - em clara mudança de prioridades, focando em uma estratégia eleitoral em vez de buscar combater a pandemia.

Por conta disso, essa confusão do Orçamento é vista como uma falha gigantesca na articulação política e um claro sinal de enfraquecimento do ministro da Economia, Paulo Guedes, que não conseguiu barrar a manobra que busca burlar as regras fiscais. Não à toa, fontes do mercado voltaram a apostar até em um fatiamento do superministério criado após a fusão de cinco pastas (Fazenda, Planejamento, Trabalho, Previdência e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC), como forma de Bolsonaro agradar aos partidos do Centrão enquanto encolhe nas pesquisas de aprovação devido ao agravamento da crise sanitária.

De acordo com Gil Castello Branco, secretário-executivo da Associação Contas Abertas, além de ser

uma verdadeira "peça de ficção", o Orçamento de 2021 traz uma série de problemas: pedaladas fiscais, maquiagem contábil e elementos de contabilidade criativa, e todas com a anuência do presidente. Como não há atualização dos parâmetros nem do salário mínimo para R\$ 1,1 mil, criando uma despesa adicional de R\$ 11,9 bilhões, que não está prevista, a meta fiscal, que permite um rombo de até R\$ 247,1 bilhões nas contas do governo federal, pode não ser cumprida. "No dia da aprovação do texto no Congresso, houve o almoço do presidente com os líderes do Centrão para tratar do assunto. Imagino que todos sabiam desses problemas", afirmou. Ele apontou como exemplo de contabilidade criativa o fato de o relator tirar R\$ 13,5 bilhões de despesas obrigatórias da Previdência para maquiar o teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesas pela **inflação** do ano anterior.

Rombo maior

Apesar de a equipe econômica ter sinalizado, no relatório bimestral de receitas e despesas, a necessidade de um contingenciamento de R\$ 17,6 bilhões nas despesas para o cumprimento da regra do teto, a Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, apontou um valor maior, de R\$ 31,9 bilhões. No estudo, realizado pelos diretores Felipe Salto e Daniel Couri, o primeiro após as críticas de Guedes ao trabalho da entidade, os economistas informam que as despesas discricionárias previstas no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) passaram de R\$ 96,1 bilhões para R\$ 139,1 bilhões. Contudo o limite da despesa não obrigatória neste ano para que o teto não seja descumprido é de, no máximo, R\$ 107,2 bilhões.

"Estamos vendo um Executivo sem liderança e Guedes perdendo espaço na articulação. Está tudo muito complexo, porque o Ministério da Economia perdeu o comando na CMO (Comissão Mista do Orçamento) e no Congresso", lamentou o especialista em contas públicas e analista do Senado Leonardo Ribeiro. Para ele, Guedes não conseguiu assumir todas as funções do Planejamento e, com isso, fazer um Orçamento mais propositivo, deixando tudo mais ou menos solto. "O ministro continua fazendo propostas de redução de gastos enquanto o agravamento da pandemia exige um Estado mais atuante", acrescentou.

De acordo com os analistas, se o presidente Jair Bolsonaro sancionar a Lei Orçamentária Anual (LOA) sem fazer os devidos ajustes e um decreto

contingenciando despesas que extrapolam as regras fiscais assim que a lei for publicada, poderá cometer vários crimes de responsabilidade, como aconteceu com a ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015, o que culminou no impeachment da petista.

Marcos Mendes, especialista em contas públicas e pesquisador do Insper, reconheceu que há vários crimes de responsabilidade que podem ser cometidos na proposta aprovada pelo Congresso se o Executivo não fizer alterações. "O artigo 1º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) diz que o Orçamento deve ser aprovado de acordo com as regras e limitações legais. Ao mesmo tempo, se a peça orçamentária não admite o cumprimento do teto de gastos, podemos dizer que o Congresso criou uma situação para o Executivo que interferiu no funcionamento do Executivo, desrespeitando o princípio constitucional de autonomia dos poderes".

Na avaliação de Mendes, há um desarranjo político enorme entre Executivo e Congresso, e Bolsonaro precisará negociar para fazer as alterações necessárias no texto a fim de não cometer os crimes de responsabilidade. "Os parlamentares foram ao limite máximo de dar dois passos adiante para tentar recuar na negociação com o governo. É um jogo de forçar a barra. E, como o presidente não deu importância para a responsabilidade fiscal, (os parlamentares) acabaram cedendo antes da votação, deixando a equipe econômica refém desse acordo".

Um dos autores da proposta do teto de gastos, o economista ressaltou que, agora, o presidente pode sancionar o Orçamento com vetos nas emendas propostas pelo relator, mas, como não pode realocar o dinheiro, terá que enviar um projeto de lei ao Congresso (PLN) para recompor as dotações das despesas obrigatórias cortadas. "Mas isso vai depender de um novo acordo com a base em um momento em que a situação fiscal está cada vez mais delicada".

Élida Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, também não poupou críticas ao Orçamento, especialmente por aumentar despesas sem alocar mais recursos para o enfrentamento da pandemia e pelo fato de o relator cortar despesas obrigatórias. "Eles fizeram uma omissão bilionária no planejamento da LOA de 2021 e vão forçar créditos extraordinários, porque isso amplia o poder de fogo do Executivo em decidir unilateralmente".

Emendas do Orçamento privilegiam estados de aliados de Bolsonaro

Thiago Resende, Fábio Pupo, Eduardo Cucolo

A ampliação na verba para obras patrocinadas por congressistas no Orçamento de 2021 privilegiou projetos em estados de aliados do presidente Jair Bolsonaro.

A manobra, que tirou dinheiro de despesas obrigatórias, como Previdência, gerou um impasse jurídico, e o Ministério da Economia considera o projeto de Orçamento, aprovado pelo Congresso na semana passada, inviável.

Rodovias, adutoras e barragens ganharam recursos no Orçamento após pressão de integrantes do centrão por mais emendas parlamentares. O centrão é um grupo de partidos que se aproximaram de Bolsonaro após a liberação de cargos de indicação política e dinheiro para mais emendas.

Estados de políticos próximos de Bolsonaro, como Paraíba, Rio Grande do Norte, Amapá e Piauí, estão entre os mais beneficiados pela verba extra. A comparação é com base na proporção entre o dinheiro recebido e o tamanho da bancada no Congresso.

Integrantes do PP, do PL e do Republicanos -núcleo duro da nova base de apoio de Bolsonaro no Congresso- são políticos desses estados, como o líder do PL na Câmara, Wellington Roberto (PB); o líder do Republicanos na Câmara, Hugo Motta (PB); o presidente do PR senador Ciro Nogueira (PI); o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP); além do ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), ex-deputado e que pediu a ampliação de recursos para obras em 2021.

Essas emendas foram distribuídas pelo relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), após negociações com lideranças no Congresso. Como não havia um critério fixo, a alocação do dinheiro seguiu um formato político, segundo pessoas que participaram das tratativas.

Bittar cortou R\$ 26,5 bilhões da verba de despesas obrigatórias, como aposentadorias, pensões, benefícios previdenciários, abono salarial e seguro-desemprego. Ele usou cerca de R\$ 26 bilhões para bancar as chamadas emendas de relator, incluídas por ele mesmo no Orçamento.

Assim, o Congresso ampliou de aproximadamente R\$ 22 bilhões para R\$ 48,8 bilhões a fatia do Orçamento aplicada com base em critérios de parlamentares. Esse volume deverá ser recorde.

No Orçamento de 2020, as emendas parlamentares somaram inicialmente cerca de R\$ 50,5 bilhões, em valor corrigido pela inflação.

No entanto, após o presidente Bolsonaro se aproximar do centrão e com a chegada do coronavírus no Brasil, o Congresso encerrou o embate com o governo envolvendo o controle de parte do Orçamento. A fatia do Congresso caiu para aproximadamente R\$ 38 bilhões.

Para este ano, a maioria desses recursos foi colocada em ações sem carimbo para estados específicos.

No entanto, cerca de R\$ 1,5 bilhão já foi endereçado nas negociações políticas a projetos já selecionados, como adequações rodoviárias e projetos de irrigação no Piauí.

Estados como Espírito Santo, Rondônia e o Distrito Federal, por exemplo, não receberam recursos das emendas de relator. Das unidades da Federação beneficiadas, São Paulo -governado por João Doria (PSDB), adversário de Bolsonaro- ficou no fim da lista.

No Orçamento de 2020, o Congresso também usou esse mecanismo de emendas de relator para agradar a líderes partidários. Mas, de um total de R\$ 30 bilhões, foram alocados R\$ 600 milhões para obras de estados escolhidos.

A estratégia, portanto, ganhou força neste ano.

Emenda parlamentar é a forma de um congressista pôr sua digital numa verba para projetos na base eleitoral. Isso gera ganhos políticos para deputados e senadores, de olho nas eleições de 2022. Esse capital eleitoral também atrai o governo, pois o desenrolar das obras pode tornar mais positiva a avaliação de Bolsonaro.

O presidente tem buscado melhorar sua imagem no Nordeste, regiões onde perdeu para o PT na eleição de 2018. Para isso, ele conta com um aliado, o

ministro Marinho. A pasta de Desenvolvimento Regional tem como tarefa realizar obras hídricas, de saneamento e de habitação, por exemplo.

Marinho -que segundo integrantes do governo tem intenção de concorrer a um cargo político em 2022- também foi beneficiado pelas alterações de última hora no Orçamento. O Ministério de Desenvolvimento Regional foi o que mais recebeu emendas (livres, sem especificar o estado, ou já direcionadas a uma determinada obra).

O Ministério da Economia, no entanto, não participou das discussões finais. Quando o projeto já havia sido aprovado pelo Congresso, a equipe econômica soltou um alerta a Bolsonaro: o Orçamento é inexecutável.

O governo já tinha diagnosticado a dificuldade em tirar verba de custeio da máquina pública para cumprir com as despesas obrigatórias. Com o corte de R\$ 26,5 bilhões feito por Bittar, o time do ministro Paulo Guedes (Economia) diz que serviços públicos podem ser interrompidos ao longo do ano se o Orçamento de 2021 não for ajustado.

Há cerca de duas semanas, em sessão conjunta do Congresso, foram derrubados vetos a trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021, que fornece a base para a elaboração do Orçamento do ano.

Um dos dispositivos permitiu ampliar o volume de recursos indicados pelos parlamentares para serem aplicados em obras nas suas bases eleitorais.

O artigo cria marcadores de despesas para emendas indicadas por comissões da Câmara e do Senado, além das indicadas pelo relator, Bittar.

Ao vetar o dispositivo, o governo havia argumentado que a medida aumenta a rigidez do Orçamento e contraria a Constituição. O veto, porém, foi rejeitado pelos parlamentares.

Congressistas têm direito a diversos tipos de emendas. Há as individuais, por exemplo, que são distribuídas a cada parlamentar e precisam ser necessariamente executadas. O mesmo vale para as bancadas de cada estado no Legislativo.

Essas emendas têm critérios e valor já calculado. Portanto, dificilmente fazem parte de negociações políticas -quando o governo libera mais verba em troca de apoio no Congresso.

Para continuar as tratativas com o governo, deputados e senadores ampliaram nos últimos anos o uso das emendas de relator, pois esse grupo não tem requisitos estabelecidos.

O Ministério da Economia, porém, questiona esses mecanismos, pois deixam o Orçamento mais apertado.

Texto estoura teto de gastos de 2021 em R\$ 31,9 bi, projeta IFI

O Orçamento de 2021, aprovado pelo Congresso na semana passada com uma série de manobras fiscais para elevar emendas parlamentares, tem uma previsão de despesas sujeitas ao teto de gastos que irá extrapolá-lo em R\$ 31,9 bilhões.

A projeção foi divulgada nesta segunda (29) pela IFI (Instituição Fiscal Independente) e está próxima de cálculos feitos pelo Ministério da Economia e por outros economistas.

A título de comparação, esse valor equivale a quase todo o gasto do Bolsa Família neste ano (R\$ 35 bilhões) e quase um quarto do dinheiro que o governo pode gastar livremente com investimentos e manutenção da máquina pública.

Isso não significa que o teto será rompido. O governo tem como opção reduzir essas despesas não obrigatórias, sob risco de paralisação de alguns serviços públicos ou negociar com o Congresso o corte nas emendas parlamentares, o que depende da aprovação de um projeto de lei pelos próprios congressistas, segundo a IFI.

A IFI lembra que o relatório final da Comissão Mista de Orçamento foi modificado com alterações nas despesas obrigatórias e discricionárias em relação ao projeto inicial do governo. Várias despesas obrigatórias tiveram sua previsão revista para baixo, o que possibilitou o aumento de discricionárias derivadas de emendas de relator-geral e emendas de comissões permanentes.

Essas mudanças somaram P\$ 26,5 bilhões. Foram reduzidas as previsões de gastos com Previdência (R\$ 13,5 bilhões), abono salarial (R\$ 7,4 bilhões), seguro-desemprego (R\$ 2,6 bilhões) e subsídios ao agronegócio e à agricultura familiar (R\$ 2,5 bilhões), além de R\$ 457 milhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) do Executivo.

No gasto previdenciário, P\$ 4 bilhões de economia estão condicionados à aprovação de lei ou edição de MP que altere as regras do auxílio-doença nos próximos 30 dias.

Do lado dos acréscimos, as emendas de comissão cresceram R\$ 198 milhões. As emendas do relator-geral, P\$ 26 bilhões. Segundo a IFI, há ainda R\$ 253,9 milhões em acréscimos de despesas discricionárias do

Executivo. Desses acréscimos, cerca de 60% vão para saúde e urbanismo.

A IFI destaca que o valor de despesas projetadas com abono, seguro-desemprego e Previdência está R\$ 34 bilhões abaixo da projeção do governo divulgada neste mês.

O teto de gastos para 2021 é de R\$ 1,486 trilhão. As despesas sujeitas ao teto na nova versão do Orçamento são estimadas em R\$ 1,518 trilhão.

"Para cumprir o teto de gastos e sob as premissas que a IFI considera mais prováveis para as despesas obrigatórias, o Orçamento terá de ser contingenciado no montante acima calculado [R\$31,9 bilhões] ao longo do ano", afirma a IFI.

Caso o Executivo tenha que recompor as dotações dos gastos obrigatórios cortados pelo Congresso, dado que há pouco espaço no teto de gastos, isso só poderá ser feito por meio de projeto de lei que solicite a alteração ao próprio Congresso.

Seria necessário, portanto, convencer parlamentares a trocar a destinação de suas emendas (verbas para projetos na base eleitoral), por exemplo, saindo de uma obra e passando a bancar um gasto obrigatório, como pagamento de aposentadorias, ou custeio da máquina pública.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Na mira do TCU, Orçamento deve retirar "pedaladas" para evitar crime

Adriana Fernandes

Pela gravidade do alcance da "pedalada" nas despesas obrigatórias na votação do Orçamento de 2021, auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) devem tratar do tema na análise das contas do presidente Jair Bolsonaro de 2021.

Se executar um Orçamento recheado de manobras contábeis, já identificadas por técnicos da própria área orçamentária do governo e do Congresso, o presidente corre o risco de cometer crime de responsabilidade fiscal, passível de impeachment.

O tema causa apreensão num momento em que o presidente está sob pressão do Congresso por causa da condução na pandemia e anúncio de trocas nos ministérios.

A maquiagem orçamentária já está sob exame dos técnicos do tribunal depois que um grupo de parlamentares apresentou ao TCU ontem requerimento pedindo uma manifestação formal sobre o corte de R\$ 26,5 bilhões em despesas obrigatórias, sem respaldo nas projeções oficiais do Ministério da Economia, para viabilizar aumento recorde das emendas parlamentares.

Com o Orçamento na mira do TCU, governo e lideranças do Congresso buscam uma solução para o impasse em meio a acusações de traições, ganância por emendas, irresponsabilidade e quebra de acordo na votação do Orçamento, na semana passada. O clima azedou também entre Senado e Câmara.

A pressão maior é sobre o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), que está sendo cobrado pelo comando da Câmara a corrigir o "excesso" de emendas parlamentares, que pela primeira vez superaram a barreira de R\$ 50 bilhões.

Segundo apurou o Estadão, três opções estão na mesa: a votação de um novo projeto, o ajuste pelo relator ou veto do presidente Jair Bolsonaro. A equipe econômica tem um projeto para acomodar no Orçamento R\$ 16 bilhões extras em emendas, que foi o acordo inicial. Em vez disso, Bittar acrescentou quase o dobro, R\$ 31,3 bilhões.

Como revelou o Estadão, Guedes e a articulação

política do governo Bolsonaro aceitaram incluir no Orçamento mais R\$ 16 bilhões em troca da aprovação da PEC do auxílio emergencial sem retirar o programa Bolsa Família da regra do teto de gastos, que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**.

O volume de emendas parlamentares subiu depois que o relator Bittar ampliou em mais R\$ 6 bilhões a fatia de emendas que ele próprio escolhe o destino, tendo o apoio do ex-presidente da Casa Davi Alcolumbre (DEM-AP). Outros R\$ 8 bilhões acomodaram emendas adicionais para o Ministério do Desenvolvimento Regional, de Rogério Marinho.

"Inexequível". O ministro da Economia, Paulo Guedes, deu o recado que o Orçamento é "inexequível" e que é preciso fazer o ajuste correto.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é um dos mais irritados com a decisão de Bittar de ampliar o espaço de emendas de relator, além do que havia sido acordado. Como relator do Orçamento, Bittar pode cancelar as emendas e é esse movimento que está sendo esperado desde a sexta-feira.

Lideranças cobram o ajuste do Orçamento antes que o TCU se pronuncie sobre o problema que aumentou a incerteza sobre as contas públicas em 2021.

Um dessas lideranças, que participa das negociações, disse ao Estadão que não tem como o Orçamento ficar do jeito que está e comparou a quebra do acordo pelo relator à entrega de um "cheque de confiança em branco, preenchido com o dobro do valor acertado".

A relatoria do recurso no TCU foi parar nas mãos do ministro Bruno Dantas, que determinou a apresentação de um sumário dos problemas e requisição de informações. "O que a gente espera é que o TCU analise com muita agilidade e retome ainda esta semana com parecer técnico, inclusive do risco da pedalada fiscal", disse o deputado Vinicius Poit (Novo- SP). Lideranças reclamam que Guedes não tem sustentado as negociações que fez para a aprovação da PEC do auxílio emergencial.

Também há críticas no Congresso sobre a forma pouco contundente do ministro para barrar a maquiagem orçamentária que teve aval de setores do

governo.

Na segunda-feira passada, depois que o primeiro parecer do relator foi apresentado, ainda sem o corte de despesas obrigatórias, como na Previdência e seguro-desemprego, o Ministério da Economia enviou relatório de avaliação de despesas e receitas mostrando um rombo de R\$ 17,5 bilhões para o cumprimento do teto de gasto. A esse buraco se soma os R\$ 26,5 bilhões de corte de despesas obrigatórias feitos pelo relator, ampliando para R\$ 44 bilhões a necessidade de ajuste do Orçamento.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Orçamento aprovado pode reduzir teto de gastos

MANOEL VENTURA

Além de maquiar o total das despesas obrigatórias para inflar emendas parlamentares, o Orçamento de 2021 aprovado pelo Congresso na semana passada pode reduzir o tamanho do teto de gastos - regra que impede o crescimento das despesas da

União acima da inflação do ano anterior e que fixa um limite para os gastos.

O relator da proposta orçamentária, senador Márcio Bittar (MDB-AC), fez uma mudança, que, na prática, exclui o auxílio-doença das despesas que compõem o teto de gastos, sem alterar o limite total de gastos considerados na regra fiscal. Parte dos técnicos da equipe econômica considera que isso pode ser classificado como "contabilidade criativa".

Isso acontece porque o relatório de Bittar condicionou R\$ 4 bilhões de despesas a mudanças no pagamento do auxílio-doença. A ideia é transferir o pagamento do benefício para as empresas, em troca de redução da contribuição previdenciária patronal.

Para isso, será preciso aprovar um projeto pela Câmara e pelo Senado em um mês, caso o presidente Jair Bolsonaro sancione esse artigo do Orçamento. Caso o projeto não seja aprovado, esses R\$ 4 bilhões serão cortados do Orçamento e o recurso voltará ao auxílio-doença.

O problema é que uma ala de técnicos do Ministério da Economia considera tirar o auxílio-doença das despesas uma manobra fiscal irregular.

A avaliação majoritária de técnicos é que o teto foi calculado usando a despesa do auxílio-doença na sua base e tirar o gasto do teto por meio de isenção fiscal não é possível.

Na prática, o governo não economizaria com a mudança. Deixaria de pagar o benefício, mas deixaria de receber recursos para a Previdência.

Esses técnicos avaliam que qualquer despesa que deixe de constar da base de cálculo do teto de gastos (a conta foi feita em 2016 e vem sendo atualizada pela inflação desde então) deve gerar o recálculo do teto. Ou seja, seria necessário recalcular e reduzir o limite

de gastos da União, apertando mais as contas.

Em 2021, o teto foi calculado em R\$ 1,485 trilhão. Uma eventual redução nesse valor iria dificultar a gestão do Orçamento deste ano, já bastante pressionado pelo crescimento dos gastos obrigatórios e das emendas parlamentares.

Não seria a primeira vez que o governo muda a conta do teto. Em 2017, a equipe econômica passou a computar o Fies como despesa primária e subiu o teto por causa disso.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Brincando com fogo (2)

Roberto Padovani e Carlos Lopes

Nos últimos anos, o Brasil tem mostrado capacidade de corrigir Rimos e produzir avanços institucionais. Mas como estas melhorias ocorrem sempre às custas de muitas tensões e riscos de retrocessos, há hoje certo cansaço e uma desconfiança permanente sobre a capacidade de se manter a direção correta.

A história mostra que reformas econômicas são implementadas em momentos difíceis. As crises agem como uma forma de alinhar interesses, mobilizando a maioria normalmente silenciosa e constringendo interesses específicos. O desemprego elevado é uma forma de coordenar agendas e criar consensos nacionais em torno da necessidade de mudanças.

Os diversos avanços institucionais feitos no Brasil a partir de 2016 reforçam esta tese. A despeito de momentos de baixa popularidade e dificuldades de coordenação política no Congresso, avanços importantes foram aprovados, como a mudança da TJLP, o teto de gastos, a reforma trabalhista, o cadastro positivo, a reforma da Previdência, as leis de falências e de licitações, os novos marcos regulatórios do gás e do saneamento e, neste ano, a autonomia do Banco Central.

A relação entre crise e reformas, no entanto, não é automática e nem ocorre sem ruídos. Os cálculos políticos entre os diferentes atores não são uniformes e os benefícios de uma decisão podem ser difusos, fazendo com que a dificuldade em se perceber a necessidade de mudar exija um ambiente muito tenso para coordenar as preferências. Isso faz com que, além da demanda natural por aumento de gastos públicos, o risco de retrocessos esteja sempre presente, gerando instabilidades financeiras agudas.

O contexto institucional brasileiro potencializa estas dificuldades. O teto de gastos obriga o país a fazer escolhas difíceis para realocar gastos públicos de forma eficiente, trazendo sempre temas polêmicos como a redução do tamanho do Estado e o aumento de sua eficiência, o que implica desvinculação de gastos e revisão de benefícios tributários.

São bons exemplos o nervosismo durante a reforma da Previdência em 2019 e, no segundo semestre de 2020, as turbulências geradas pelas discussões em torno da flexibilização do teto de gastos, ampliação dos programas de auxílio e o debate sobre a criação de novos programas sociais.

Neste ano, a tramitação da PEC emergencial no Congresso foi fonte de mais incertezas. A possibilidade de se estender auxílios sem contrapartidas fez com que o mercado financeiro disparasse alertas sobre as consequências desastrosas da decisão, com movimentos no dólar, juros e bolsa. Curioso é que a pressão contrária veio não apenas do Legislativo, como seria natural, mas também do próprio Executivo.

Além das tensões que normalmente acompanham as reformas, a pandemia amplificou os riscos. Como o Brasil foi o mercado emergente que mais gastou na crise em proporção ao tamanho da economia, alcançando um valor mais que duas vezes superior à média de seus pares, a elevação da dívida pública passou a ser tema central. Mesmo com hipóteses otimistas sobre juros e crescimento, a estabilização da dívida deverá ocorrer apenas ao final do próximo mandato presidencial, expondo o país a todo tipo de choque.

Politicamente, a insatisfação social gerada pela crise incentiva o radicalismo, as estratégias políticas de confronto permanente, as tensões institucionais e maiores incertezas eleitorais. Não menos importante, há um aumento da volatilidade nos mercados globais. A ampla injeção de recursos e a forte recuperação em curso alimentam o receio da volta da **inflação**, pressionando os juros e trazendo o risco de interrupção dos fluxos de capitais, principalmente para aquelas economias emergentes com maiores fragilidades fiscais.

O problema é que mesmo que as instituições funcionem e os momentos de estresse ajudem a avançar as reformas e a frear a irresponsabilidade, nenhuma economia pode testar seus limites o tempo todo, trabalhando com crises frequentes. No caso brasileiro, muita energia tem sido gasta em evitar retrocessos, gerando pressão em ativos financeiros e cenários menos previsíveis.

Como o acúmulo de crises não é algo neutro para a economia, o paradoxo é que as incertezas que acompanham as reformas e garantem a responsabilidade econômica podem gerar danos permanentes e atenuar parte dos efeitos positivos dos próprios avanços institucionais.

A cada novo evento, a desconfiança de empresários e investidores aumenta e toma a recuperação mais

difícil. Como decorrência, a economia se fragiliza e o cenário fica propenso a acidentes. Isso significa que mesmo que os resultados dos processos legislativos possam ser positivos, a forma como eles ocorrem também importa. Os sustos produzem danos reais.

É o que tem sido visto. Após tantas instabilidades nos últimos meses, a previsibilidade econômica e política se reduziu e fez os preços dos principais ativos financeiros perderem referência.

O câmbio se descolou ainda mais de seus fundamentos e do comportamento das demais moedas emergentes. Com aumentos adicionais de custos, as empresas elevam preços, pressionando a **inflação** corrente e contaminando as expectativas para os próximos anos. Tudo isso obriga o Banco Central a acelerar o processo de normalização da taxa de juros, com a ação da política monetária passando a ser pautada não apenas pelo risco inflacionário, mas também pela necessidade de manter a credibilidade na gestão da política econômica como um todo.

Com impactos em confiança, renda e crédito, este pode ser mais um ano de frustração com o crescimento, criando a impressão que a responsabilidade nas agendas do governo e do Congresso talvez esteja sendo alcançada a um custo alto demais.

É inegável que a sequência sem fim de crises e sustos faz com que a sala fique cheia de gás. Pequenos erros podem ser a faísca para grandes acidentes. O Brasil continua brincando com fogo e, pior, pode estar se queimando.

Roberto Padovani e Carlos Lopes são economistas do Banco BV.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Orçamento traz desafios econômicos

Brasília - Aprovada com um atraso de três meses que ameaçou prejudicar o pagamento de salários de servidores, a lei orçamentária trouxe nova leva de problemas econômicos e políticos para o governo Jair Bolsonaro, evidenciando as dificuldades do Executivo e do Legislativo em lidar com os desafios fiscais do País em meio à crise da pandemia.

Técnicos do governo e economistas afirmam que, tal como aprovado, o Orçamento é um caso clássico de "contabilidade criativa", com direito a reestimativa irreal de despesas, uma pedalada fiscal e parâmetros econômicos defasados, que vão demandar cortes draconianos para evitar o descumprimento das regras fiscais.

"O Orçamento ficou tão deformado que vai ser difícil você corrigir essas distorções por meio só de veto", diz Gil Castello Branco, diretor-executivo da ONG Contas Abertas, que faz o acompanhamento das contas públicas, acrescentando que a avaliação técnica sugere que o mais fácil seria o governo encaminhar uma nova proposta orçamentária ao Congresso.

Como ambas as alternativas são politicamente complicadas, uma vez que a versão do texto que saiu do Congresso teve apoio da base política de Bolsonaro, o economista diz que o governo deverá ser forçado a fazer um bloqueio "brutal" de despesas, e controlar a liberação de gastos na boca do caixa.

O projeto orçamentário aprovado pelo Congresso na última quinta-feira (25) já trazia parâmetros defasados, que não foram atualizados pelo governo depois do encaminhamento da proposta, em agosto. Assim, as despesas da Previdência foram calculadas com base em um salário mínimo de R\$ 1.067, enquanto o valor efetivo para o ano ficou em R\$ 1.100. Já a **inflação** considerada foi de 3,2% (IPCA), ante projeção atualizada de 4,4%.

Na votação em plenário, os congressistas agravaram os desajustes do projeto ao promover de última hora um remanejamento de 26,5 bilhões em despesas, reduzindo recursos destinados a gastos obrigatórios do governo em favor de emendas parlamentares que beneficiam principalmente o Ministério do Desenvolvimento Regional.

A medida foi feita após uma reestimativa de despesas não referendada pelo Ministério da Economia, o qual, na contramão do movimento do Congresso, já havia apontado uma necessidade de contingenciamento de

R\$ 17,5 bilhões para garantir o cumprimento do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**.

Revisões - A principal revisão do Congresso foi feita nas despesas da Previdência, reduzidas em R\$ 13,5 bilhões. Desse montante, R\$ 4 bilhões estão condicionadas à aprovação de uma legislação, ainda não apresentada pelo governo, que altere as regras do auxílio doença, passando a responsabilidade do pagamento do benefício às empresas, que seriam compensadas com crédito tributário.

O segundo maior corte, de R\$ 7,4 bilhões, foi feito na projeção do gasto com abono salarial. Neste caso, a revisão reflete uma nova regra, aprovada na semana passada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), que determina que o pagamento do benefício deve ser feito dentro do ano calendário de cada exercício. Até então, o abono era pago a partir do segundo semestre. Com a mudança, haverá redução das despesas no ano de 2021.

Para Castello Branco, a mudança na regra do abono, mesmo que respaldada pelo Codefat, pode configurar uma "pedalada fiscal" (adiamento artificial de despesas).

Já a revisão do funcionamento do auxílio doença, ainda que venha a ser aprovado, seria uma burla ao teto de gastos, tal como previsto no texto orçamentário.

É que, para efeitos de cálculo do crescimento das despesas, o governo precisaria retirar os gastos com o auxílio dos anos anteriores na hora de calcular se o Orçamento está de acordo com a regra do teto, o que o projeto aprovado pelo Congresso não faz. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-30-03-2021/>

TCU deve analisar 'pedaladas'

O impasse em torno da "pedalada" nas despesas obrigatórias na votação do Orçamento de 2021 pelo Congresso deve ser judicializado no Tribunal de Contas da União (TCU). Grupo de parlamentares se movimenta para apresentar ainda nesta segunda-feira, 29, representação na Corte de Contas para obter posicionamento sobre a legalidade da manobra feita para turbinar emendas parlamentares.

Na contramão das projeções oficiais do governo, que indicavam a necessidade de revisar esses gastos para cima, o Congresso cortou despesas obrigatórias para abrir espaço artificialmente e incluir a demanda de emendas parlamentares.

O foco central é saber se a execução do Orçamento pelo presidente Jair Bolsonaro se configurará em crime fiscal.

Nesse caso, o presidente teria de vetar o Orçamento para ajustar as despesas às projeções do Ministério da Economia.

A manobra nas despesas obrigatórias foi feita para acomodar R\$ 26 bilhões de emendas do relator geral, senador Márcio Bittar (MDB-AC), que elevou o valor total das emendas parlamentares para R\$ 51,6 bilhões (o maior nível histórico), de acordo com levantamento mais recente da lei orçamentária aprovada na quinta-feira.

Com a ação no TCU, o grupo quer barrar também o discurso de que a responsabilidade pela aprovação do Orçamento é do Congresso. Dessa forma, o que se quer evitar é que, no futuro, o presidente Bolsonaro diga que não tem culpa de que os congressistas tenham aprovado uma lei orçamentária irresponsável.

Há uma pressão política para o veto do presidente como medida corretiva. Se o presidente não vetar, terá de sustentar as razões pelas quais tomou essa decisão.

O mesmo grupo já enviou carta ao presidente Bolsonaro, na sexta-feira, cobrando explicações sobre como o governo vai cumprir o teto de gastos, regra constitucional que limita o avanço das despesas à **inflação**, sem recorrer à "pedalada fiscal", que resultaria em crime de responsabilidade, passível de impeachment.

Para o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), o que se espera é que o TCU dê uma saída para a revisão do

Orçamento.

"Se o Orçamento continuar assim, vai dar tudo errado", previu. O Tribunal já determinou, no passado recente, que algumas despesas não fossem pagas.

A missão de Flávia Arruda - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

A chegada da deputada Flávia Arruda (PL-DF) ao cargo de ministra da Secretaria de Governo do Palácio do Planalto, sob as bênçãos do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), serve para compensar o Centrão por não ceder o Ministério da Saúde. E, depois de presidir a Comissão Mista de Orçamento, ela desembarca no quarto andar do Planalto com o compromisso de garantir a execução da lei que ajudou a aprovar.

Só tem um probleminha: a equipe econômica está preocupada com o Orçamento e já avisou que, do jeito que está, não será possível cumprir. Isso significa que Flávia terá dificuldades em cumprir sua missão. Se tem uma qualidade que ela terá que exercer daqui para frente, será a paciência para lidar com os ministérios que executam o Orçamento, tarefa essa que sempre incomodou todos os que passaram pela Secretaria de Governo. No desespero para azeitar a base política, Bolsonaro pode ter comprado uma briga com a equipe econômica.

Arrumou um canto.

. e desarrumou outro. No meio militar, a perspectiva de saída dos comandantes é vista como um sinal de que essa área voltará a ser motivo de tensão e é o ponto nevrálgico da reforma. Afinal, reza a Constituição, as Forças são instituições de Estado e não de governo. Agora, também está na Carta que cabe ao presidente da República nomear o ministro da Defesa. Portanto, não dá para reclamar tanto.

Tudo bagunçado

O primeiro teste do futuro chanceler Carlos França será o organograma do Itamaraty. Ernesto Araújo colocou secretários para comandar ministros e conselheiros, desrespeitando a hierarquia da Casa. Se não promover um reordenamento, França será mais do mesmo.

Esqueceram dele

Em meio à **reforma ministerial**, quem continua quietinho no governo é o assessor internacional Filipe Martins. Bolsonaro não quer demiti-lo. E, vale lembrar, o cargo de assessor internacional não é apenas mais

um assessor. Tem lugar reservado no terceiro andar do Planalto e ajuda a elaborar a chamada "diplomacia presidencial".

Faltou ele

Até aqui, a **reforma ministerial** atendeu à Câmara e representou uma atenção ao Senado, ao afastar Ernesto Araújo. Porém, a manutenção de Filipe Martins, que fez o gesto indecoroso e está sob investigação no Parlamento, não vai sanar o problema como um todo. E, de quebra, ao entregar a Secretaria de Governo à Câmara, o poder entre as duas Casas se desequilibra.

Última forma

No Centrão, está muito claro que, se a reforma não servir para apaziguar o meio político, o grupo segue outro rumo sem pestanejar. Afinal, seus líderes fizeram isso ao largar o PT e se aninhar a Jair Bolsonaro.

Curtidas

Reforma agita o jogo eleitoral do DF/ A política do "quadrado" vai ferver daqui para frente. Flávia Arruda é citada como candidata a governadora com o apoio de Bolsonaro. Falta combinar com outros aliados, por exemplo, a deputada Bia Kicis (PSL-DF).

Chance perdida/ Em meio às mudanças na equipe, mais uma vez Bolsonaro deixou de fora um amigo, Alberto Fraga (foto). Internamente, há quem diga que, se o presidente quisesse, teria arrumado um lugar para o ex-deputado.

Chance agarrada/ Quem aproveitou o embalo da saída de Ernesto Araújo foram os filhos de Bolsonaro: 01 e 03 ajudaram a emplacar Anderson Torres no Ministério da Justiça e, segundo políticos, o outro padrinho é o vice-presidente nacional do PSL, Antônio Rueda.

Sonho era príncipe no Itamaraty/ Se dependesse exclusivamente do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), o nome para o ministério de Relações Exteriores seria o do correligionário Luiz Phillipe de Orleans e Bragança (PSL-SP). Era a forma de compensar o "príncipe", depois que o PSDB ficou com a comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Enquanto isso./ Vale lembrar que as mudanças de ministros do governo não despacharam o vírus. Este, só as vacinas. E olhe lá.

O autogolpe - MERVAL PEREIRA

MERVAL PEREIRA

De uma maneira ou de outra, o Ministério da Defesa sempre fez parte de um xadrez político, desde que foi criado para explicitar a subordinação dos militares ao poder civil, no segundo governo Fernando Henrique Cardoso. Mas esta é a primeira vez em que se usa o ministério para tentar reforçar a prevalência das Forças Armadas sobre o poder civil, como uma forma de pressão política beirando um autogolpe.

O ex-presidente **Temer** já havia nomeado um militar para o cargo, quebrando a série de civis, o que representou um retrocesso, mas Bolsonaro coloca o Ministério da Defesa como estratégico para reforçar o poder militar, a que presta homenagem a todo momento, inclusive dando mais verba para o setor do que para educação e saúde. Mas quer lealdade cega em troca.

No jogo de xadrez político de uma **reforma ministerial** em que Bolsonaro e o Centrão procuram se anular reciprocamente, a mudança mais importante é a do ministro da Defesa. O general Fernando Azevedo e Silva saiu, ou foi saído, não importa, porque estava insatisfeito, não era ouvido e se recusou a politizar as Forças Armadas.

Como ele mesmo deixou claro em sua nota de despedida, "preservei as Forças Armadas como instituições de Estado". Estava incomodado com a necessidade de respaldar formalmente as atitudes do presidente Bolsonaro quando este usava o Exército para suas atividades políticas.

Sentiu-se usado quando, no ano passado, teve que acompanhar o presidente num sobrevoo de helicóptero sobre a multidão reunida nos arredores do Palácio da Alvorada, que pedia ações contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional.

O general Azevedo e Silva foi assessor direto do ministro Dias Toffoli quando este presidia o Supremo e fez muitas amizades lá durante sua permanência no cargo. Era um canal direto de interlocução com o Judiciário e, também por isso, se desagradava com a permanente ação política dos bolsonaristas contra a instituição. Aquele sobrevoo trouxe-lhe muitos dissabores entre seus comandados, por ter sido entendido como a participação das Forças Armadas nas ações políticas do governo, o que Bolsonaro queria, e ele rejeitava.

A saída do comandante do Exército, general Edson Pujol, tida como certa agora por ser a vontade de Bolsonaro, foi impedida por Azevedo e Silva ainda no ano passado. Por isso, os dois outros comandantes, da Marinha e da Aeronáutica, podem também pedir demissão.

O general Azevedo e Silva segue general de quatro estrelas e é figura importante nas Forças Armadas. Pelos motivos que saiu, mostra que os militares estão comprometidos com o estado democrático de direito, e não será fácil a Bolsonaro usar as Forças Armadas como instrumento político para um possível autogolpe.

Não é uma simples coincidência que, nos dias anteriores, o presidente Bolsonaro tenha se referido diversas vezes a um suposto estado de sítio, que teria sido decretado pelos governadores para combater a pandemia da Covid-19. Bolsonaro estava buscando um pretexto para ele, sim, decretar um estado de exceção para "proteger o povo".

A decisão do ministro do Supremo Edson Fachin de levar os processos de Lula para a Justiça do Distrito Federal, para que fossem analisados por um juiz de outra jurisdição que não Curitiba, colocou o ex-presidente de volta ao páreo da sucessão de um Bolsonaro atônito com a nova situação. Sonhava em disputar contra o PT, mas nunca diretamente contra Lula.

Ele passou a aumentar as advertências sobre o perigo da volta do PT ao governo, tema sensível aos ouvidos de militares. Mas a falta de receptividade a uma ação desse tipo teria levado a que se irritasse com o ministro da Defesa. Não que tenha havido alguma consulta direta sobre o assunto, mas, nas diversas ocasiões em que comentou o tema, não encontrou eco nos ministros militares, mesmo entre seus assessores diretos no Palácio do Planalto. Nada indica que o general Braga Netto aceite participar de uma ação de exceção, apesar da lealdade ao presidente Bolsonaro. Mesmo que isso acontecesse, não haveria respaldo no Alto-Comando do Exército para um autogolpe.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma ministerial

**JUSSARA SOARES, JULIA LINDNER, PAULO CAPPELLI,
NATÁLIA PORTINARIE ELIANE OLIVEIRA**
opais@oglobo.com.br BRASÍLIA

Pressionado pelo Congresso e irritado com o que julga ser uma falta de alinhamento de setores militares ao governo, o presidente Jair Bolsonaro realizou ontem a primeira **reforma ministerial** da gestão. De uma única vez, o comando de seis pastas foi alterado, em um movimento que abriu as portas da articulação política para o Centrão e rifou o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, que, segundo o presidente, não defendia o governo. No Itamaraty, Ernesto Araújo deixou o cargo, após inviabilizar a relação com deputados e senadores. Outro que não terá mais assento nas reuniões ministeriais é José Levi, demitido da Advocacia-Geral da União (AGU) após se recusar a assinar uma ação em que a União questionava a conduta de governadores na pandemia.

A mudança envolveu duas das quatro pastas sediadas no Palácio do Planalto. A deputada Flávia Arruda (PL-DF), mulher do ex-governador José Roberto Arruda e aliada do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), assumirá a Secretaria de Governo, responsável pela interlocução com o Congresso. Luiz Eduardo Ramos deixou a pasta para assumir a Casa Civil, no lugar de Braga Netto, remanejado para a Defesa.

As mudanças começaram com a demissão de Ernesto Araújo do Itamaraty. Após enfrentar publicamente a senadora Kátia Abreu (PP-TO) ao sugerir que a pressão do Congresso por sua queda se devia a interesses relativos ao leilão da tecnologia 5G e não a vacinas, o chanceler reuniu-se com sua equipe na manhã de ontem e avisou que pediria para deixar o cargo. No fim do dia, Carlos Alberto França, ex-chefe do cerimonial do Planalto, foi anunciado para a vaga.

Na área jurídica, o espaço na AGU será preenchido por um antigo ocupante: André Mendonça, que iniciou o governo Bolsonaro no cargo, voltará ao posto após uma passagem de quase um ano no Ministério da Justiça e Segurança Pública. No lugar de Mendonça, foi escolhido o secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, delegado da Polícia Federal e ligado à bancada da bala.

A ida de Ramos para a Casa Civil e de Braga Netto para a Defesa foi feita dentro de um remanejamento dos militares do governo, privilegiando aqueles que têm mais alinhamento com Bolsonaro.

A demissão de Fernando Azevedo e Silva no início da tarde foi o que descortinou que a mudança no primeiro escalão não se resumiria à substituição de Araújo. Demitido em uma rápida conversa, ele divulgou uma nota em que diz que preservou "as Forças Armadas como instituições de Estado".

A decisão teve como estopim uma entrevista concedida ontem pelo general Paulo Sérgio, chefe do Departamento-Geral de Pessoal do Exército, ao jornal Correio Braziliense. À publicação, o militar disse que o Exército já se preparava para a terceira onda da pandemia de Covid-19.

Segundo interlocutores do Planalto, Bolsonaro, que tenta conter o desgaste no pior momento da crise sanitária, não gostou da declaração e pediu uma punição ao general. O comandante do Exército, Edson Leal Pujol, resistiu e teve o apoio de Azevedo. Diante da demissão do ministro, os comandantes discutem se colocam também seus cargos à disposição.

Segundo a colunista Malu Gaspar, Azevedo disse a interlocutores próximos que sua saída ocorre porque ele não queria repetir o que viveu em maio do ano passado, quando bolsonaristas realizaram diversas manifestações pedindo intervenção militar e atacando o Supremo Tribunal Federal. Na ocasião, ele disse que as Forças Armadas são "organismos de Estado".

A entrega da articulação política do governo ao centrão sela o fim do discurso que elegeu Bolsonaro em 2018, contra o "toma lá, dá cá". Após o movimento de aproximação realizado no ano passado com o temor de um processo de impeachment, o presidente já tinha, em fevereiro, entregue ao grupo a pasta da Cidadania, com a indicação do deputado federal João Roma (Republicanos-BA).

O grupo, porém, tinha mais reivindicações e vinha aumentando o tom contra o governo após o presidente ter ignorado indicações para o Ministério da Saúde ao escolher, há 15 dias, Marcelo Queiroga para a vaga de Eduardo Pazuello. Ernesto Araújo era o alvo do momento -sob o argumento de que sua condução no Itamaraty dificultava a articulação para obtenção de mais vacinas contra a Covid-19 -, mas o presidente estava informado de que outros auxiliares estavam na mira.

Reclamações sobre a articulação política do governo ocorrem desde o ano passado, mas o presidente sempre teve confiança em Ramos, seu amigo de longa

data. O movimento realizado ontem dá poder ao general, que assume a Casa Civil e fará a gestão administrativa do governo, mas tem como principal mudança efetiva abrir espaço para que os políticos tomem conta das negociações com o Congresso.

Flávia é integrante do PL, comandado por Valdemar Costa Neto, um dos principais líderes do Centrão. O partido tem 40 deputados e três senadores. Ela é próxima a Lira e foi indicada por ele para a presidência da comissão de Orçamento. Ontem pela manhã, Bolsonaro recebeu o presidente da Câmara no Palácio da Alvorada.

A pasta não tem recursos, mas tem como tarefa fazer a intermediação política, e uma das principais funções está fazer junto aos ministérios a liberação de emendas parlamentares, além de recursos extras que o governo eventualmente oferece para apadrinhamento por deputados e senadores.

SEM ASSINATURA

Outra demissão que teve como pano de fundo a falta de alinhamento com o presidente foi a do advogado-geral da União. Levi é técnico de carreira da instituição e, ao contrário de Mendonça, nunca se aproximou de Bolsonaro. A recusa em assinar a manifestação ao STF sobre as medidas restritivas terminou por concluir a insatisfação que já ocorria desde quando assumiu, pois logo no início do trabalho também não assinou habeas corpus em favor do então ministro da Educação Abraham Weintraub, tarefa que coube a seu antecessor que já estava na Justiça.

O retorno de Mendonça à AGU abriu a possibilidade de o presidente se reaproximar da bancada da bala, grupo do qual andava distante. O novo ministro, Anderson Torres, que era secretário de segurança do Distrito Federal, tem ligação histórica com o grupo e se aproximou da família Bolsonaro por ter sido chefe de gabinete do deputado Fernando Francischini (PSL-PR), um dos primeiros apoiadores de Bolsonaro para sua campanha presidencial de 2018. Ele também é próximo do ex-deputado Alberto Fraga, amigo do presidente, e de Jorge Oliveira, ex-ministro de Bolsonaro que ocupa uma cadeira no Tribunal de Contas da União (TCU).

Todas essas mudanças foram precipitadas pela situação de Araújo. O ataque feito por ele a Kátia Abreu no domingo foi o epílogo da falta de condições políticas para sua permanência no cargo. Ainda que respaldado pela militância mais radical e com o apoio do deputado Eduardo Bolsonaro, Araújo dinamitou qualquer possibilidade de superar a crise no cargo.

24 trocas efetivadas em ministérios Bolsonaro

ultrapassou marca de Dilma Rousseff. em períodos equivalentes de gestão

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsonaro supera rotatividade de ministros dos governos Dilma, Lula e Fernando Henrique

Bernardo Mello

RIO - Após formalizar na segunda-feira seis mudanças no gabinete ministerial, o presidente Jair Bolsonaro ultrapassou seus antecessores eleitos após a redemocratização na rotatividade de ministros em pouco mais de dois anos de mandato. No total, Bolsonaro chegou a 24 mudanças em ministérios ou órgãos com status de ministério, superando o recorde anterior, da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que havia feito 20 mudanças em período equivalente.

Diferentemente de Dilma e dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Bolsonaro não havia feito uma reforma, alterado um conjunto de ministérios de uma só vez, ao longo dos dois primeiros anos de mandato. Na única vez em que mexeu em duas pastas no mesmo momento, em fevereiro de 2020, o presidente demitiu Osmar Terra da Cidadania e acomodou na pasta Onyx Lorenzoni, o que levou a Casa Civil a ser ocupada pelo general Braga Netto.

Antes da reforma desta semana, as trocas até então haviam ocorrido por atritos com outros Poderes, como no caso do ministro da Educação, Abraham Weintraub, em julho passado; por brigas dentro do corpo de ministros, o que ocasionou a demissão de Marcelo Álvaro Antônio do Turismo no fim de 2020; ou por desavenças com o próprio presidente e seus filhos -- casos de Gustavo Bebianno, que deixou a Secretaria-Geral da Presidência em janeiro de 2019, e de Carlos Alberto dos Santos Cruz, demitido da Secretaria de Governo em abril daquele ano.

No governo Dilma, a primeira **reforma ministerial** ocorreu já no segundo semestre de 2011, o primeiro ano de seu mandato. Em junho daquele ano, houve mudanças no ministério da Pesca, na Casa Civil e na Secretaria de Relações Institucionais. Alvo de denúncias por evolução de patrimônio, o então chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, pediu demissão à época e foi substituído por Gleisi Hoffmann. Quatro dias depois, Ideli Salvatti deixou a Pesca para assumir a secretaria de Relações Institucionais no lugar do também petista Luiz Sérgio, que assumiu o ministério vago. Com um intervalo de menos de um mês, Alfredo

Nascimento deixou a pasta dos Transportes e deu lugar a Paulo Sérgio Passos, mantendo o posto sob o guarda-chuva do PR (atual PL).

Dilma faria uma nova rodada de **reforma ministerial** em março de 2013, trocando o comando de pastas como os ministérios da Agricultura e do Trabalho e de secretarias como a de Assuntos Estratégicos e de Aviação Civil.

No total, Dilma fez modificações em 17 órgãos com status de ministério até março de 2013, no início do seu terceiro ano de mandato, mesma duração do governo Bolsonaro atualmente. O governo da petista tinha originalmente 38 ministérios, mais do que as 22 pastas com as quais Bolsonaro iniciou o mandato.

No primeiro mandato do ex-presidente Lula, houve **reforma ministerial** em janeiro de 2004, abrindo o segundo ano de governo. Seis ministros deixaram o governo, e outros dois foram realocados em novas pastas: Ricardo Berzoini, que deixou o então ministério da Previdência e foi para a pasta do Trabalho, e Jaques Wagner, que deixou esta última pasta e foi para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que não tinha status de ministério.

Lula faria outra **reforma ministerial** ampla em julho de 2005, após estourar o mensalão. A data, no entanto, fica fora do intervalo compreendido pela comparação com o tempo atual do governo Bolsonaro.

Em 1996, já em meio ao segundo ano de mandato, o então presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma reforma que acomodou partidos da base -- como o PPB (atual PP), de Francisco Dornelles, nomeado para a pasta do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Turismo -- e criou uma nova pasta, a de Coordenação de Assuntos Políticos. Também houve mudanças no Ministério do Planejamento -- o então ministro José Serra (PSDB) deixou o cargo para concorrer à prefeitura de São Paulo -- e da Agricultura.

No comparativo com os sucessores, FH foi o que menos mexeu no ministério no período em questão: até março de 1997, fez oito mudanças em oito pastas que já estavam no seu gabinete original. Lula, em seu

primeiro mandato, fez 11 trocas em nove pastas.

Mudanças nos ministérios:

Jair Bolsonaro

Dilma Rousseff (até março de 2013)

Lula (até março de 2005)

Fernando Henrique Cardoso (até março de 1997)

Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-supera-rotatividade-de-ministros-dos-governos-dilma-lula-fernando-henrique-24947417>